



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, nesta vila de Coruche, Auditório do Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pela Segunda Secretária Ana Patrícia Caçador Palma (Partido Socialista).-----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Ernesto Cordeiro, Luísa Pinheiro Portugal, Artur Fernando Salgado e José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista).-----

----- Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues, Liliana Catarina Barroso de Sousa, António Joaquim Soares e Rui Miguel Friezas Aldeano (Coligação Democrática Unitária).-----

----- Abel Manuel de Matos Alves dos Santos e Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche).-----

----- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho - Partido Socialista), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da Branca - Partido Socialista), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Couço - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Duarte (Presidente da Junta de Freguesia da Erra - Partido Socialista), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista).-----

----- Não estavam presentes os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Bernardina Ferreira (Partido Socialista), Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo (Coligação Democrática Unitária) e José Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido Social Democrata).-----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de conformidade com os artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

----- A Deputada Municipal Isabel Maria Bernardina Ferreira fez-se substituir por José Dionísio, membro a seguir na lista do Partido Socialista.-----

----- Verificado o quórum, com a presença de vinte e sete membros, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**:-----

----- **PONTO UM - REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

DE CORUCHE; -----

----- PUNTO DOIS - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS;-----

----- PUNTO TRÊS - PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DE 2013, 2014 E 2015; -----

----- PUNTO QUATRO - PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL - CORUCHE;-----

----- PUNTO CINCO - GRAVAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM MEIOS AUDIOVISUAIS DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS;-----

----- PUNTO SEIS - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. -----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores, Francisco Silvestre de Oliveira, Maria de Fátima Raimundo Galhardo e Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **RENÚNCIA AO MANDATO - JOSÉ MANUEL CONCEIÇÃO MEIRINHO DE JESUS:-** O Presidente da Assembleia deu conhecimento da carta, datada de 15 de fevereiro de 2012, do Deputado Municipal José Manuel Conceição Meirinho de Jesus, solicitando a renúncia ao mandato. -----

----- De seguida, o Presidente da Assembleia deu posse ao Senhor Francisco Artur Gomes Gaspar, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata, ficando o respetivo termo como anexo à presente ata.-----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento da **correspondência** com o registo número 1 a 18, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais.-----

----- Deu ainda conhecimento que a ata da sessão de 17 de dezembro de 2011, por dificuldades logísticas e de revisão, virá para aprovação na próxima sessão. -----

----- Seguidamente deu a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU a **Moção** que a seguir se transcreve:-----

----- “A Tegael S.A. empresa nascida no concelho de Coruche há 28 anos, onde cresceu, se desenvolveu e conquistou prestígio é atualmente e, ainda, a maior empregadora privada deste mesmo concelho.-----

----- A empresa conta com uma carteira de clientes de renome e invejável, entre os quais se pode destacar empresas como: EDP, REN, TMN, PT e ENEOP. Conta ainda com obras em diversos países de onde se destacam as obras em Marrocos através da Tegael Moroco e das obras na Irlanda através da Gaeltec.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Recentemente irá avançar com importantes obras em Angola e na Escócia. -----

----- Em abril de 2011 a Telcabo, empresa concorrente da Tegael, adquiriu a maioria de capital da empresa à Hagen, empresa que até ao momento seria a maior acionista, investindo 4,5 milhões de euros numa altura em que supostamente a Tegael já tinha prejuízos na ordem dos 3,6 milhões de euros. -----

----- Alegando prejuízos a administração da empresa promoveu em dezembro de 2011 um despedimento coletivo de 70 trabalhadores e concluiu ainda cerca de mais 30 despedimentos individuais, afirmando que essa seria a solução para relançar a empresa e que acreditariam no projeto que continuava a apresentar-se como viável. -----

----- No entanto, na passada sexta-feira 13 de janeiro, a administração informou o Sindicato representativo dos trabalhadores e os trabalhadores da sua intenção de cessar atividade pelo facto de não ter sido cedido à empresa pela CGD um empréstimo bancário de meio milhão de euros que serviria para pagar as compensações por despedimento. -----

----- Assim, pelo que representa esta intenção da administração para o concelho de Coruche e pelas consequências económicas e sociais que poderão decorrer do encerramento da Tegael e por acreditar esta Câmara Municipal na viabilidade desta importante empresa, a Assembleia Municipal de Coruche reunida em Sessão Ordinária decide: -----

----- Manifestar publicamente o seu apoio e total solidariedade aos trabalhadores nas ações que venham a desenvolver no sentido da preservação dos seus postos de trabalho. -----

----- Realizar todos os esforços ao seu alcance para impedir a cessação de atividade da empresa ou a sua deslocalização. -----

----- A enviar: Ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares, à CIMLT, à Nersant, à Tegael, à Telcabo, ao Fyron Groupe, ao SIESI e à comunicação social.” -----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, a **Moção “Contra o Encerramento de Atividade da Empresa Tegael em Coruche”** que a seguir se transcreve: -----

----- “Considerando que, a empresa Tegael, Telecomunicações, Gás e Eletricidade, sediada no concelho de Coruche, anunciou que pretende encerrar a sua atividade, colocando em causa cerca de 400 postos de trabalho. -----

----- Considerando que esta empresa iniciou a sua atividade em 1983, dedicando-se à instalação de Redes Elétricas de Baixa e Média Tensão e Redes Fixas de Telecomunicações, passando na década de 90 a concentrar também a sua atividade na área de Projeto e Instalação de Infra-Estruturas para Telecomunicações Móveis GSM, tendo progressivamente alargado a sua atividade a novas áreas de negócio, melhores índices de prestação de serviços e com uma dimensão internacional consolidada, implementando uma política de expansão nos continentes Europeu e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

Africano.-----

----- Considerando que esta empresa é não só o maior empregador privado neste concelho, mas também uma empresa com maturidade e credibilidade nesta indústria das telecomunicações e energia com uma vasta carteira de clientes (REN, PT Comunicações, TMN, EDP, etc.), tendo uma importância regional que não deve ser descurada. -----

----- Considerando que a conjuntura económica nacional e internacional tem pesado para as famílias mas também para as empresas que retraíram os seus níveis de negócio, depara-se a Tegael com necessidade de proceder a uma reestruturação da qual resultaria em dezembro, um despedimento coletivo de 70 trabalhadores a que se juntariam posteriormente mais 20. -----

----- Pese embora esta reestruturação, nada levava a crer que um mês depois, concretamente a 13 de janeiro, a administração da Tegael por via de um comunicado interno viesse informar que pretende cessar a atividade e para isso nomear uma comissão de cessação de atividade, alegando para esse fim a falta de financiamento da banca (nomeadamente da CGD) para poder avançar com o processo de reestruturação que iniciou em dezembro. -----

----- Situação ainda mais inconcebível sobretudo quando a mesma empresa tem possibilidade de crescer externamente, nomeadamente na Escócia e em Angola, o que comprova a sua viabilidade. -----

----- Neste sentido, vem esta Assembleia Municipal reunida a 24 de fevereiro em sessão ordinária, reafirmar e reforçar a tomada de posição já emanada pela Câmara Municipal de Coruche a 19 de janeiro. -----

----- Mostrar o seu repúdio pela intenção prévia da empresa Tegael em encerrar atividade, ou deslocalizar a empresa para outro concelho. -----

----- Solidarizar-se com todos os trabalhadores e suas famílias que se encontram numa situação de incerteza sobre os seus postos de trabalho e respetivo sustento dos seus agregados familiares.-----

----- Reforçamos também a posição já emitida pela Câmara, através do Senhor Presidente da Autarquia, que se tem redobrado em esforços e contactos, no sentido de se encontrar um outro caminho que possa responder às necessidades de reestruturação da empresa, mas sem pôr em risco os trabalhadores e a economia do concelho, evitando assim uma situação de calamidade social em Coruche.-----

----- Realizar através da Mesa da Assembleia Municipal todos os contactos que sejam necessários nomeadamente com o Governo, sobretudo com o Ministério de Economia, para que este acompanhe a situação da Tegael, com uma atitude ativa, uma vez que se trata de um grave problema nacional!-----

----- Delibera ainda, esta Assembleia Municipal, remeter a presente moção “Contra o Encer-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

ramento de Atividade da empresa Tegael em Coruche”:

----- Aos representantes dos trabalhadores na empresa Tegael;

----- À administração da empresa Tegael, à Telcabo e ao Fyron Group;

----- À Câmara Municipal de Coruche;

----- Ao Senhor Primeiro-Ministro;

----- Ao Senhor Presidente da República;

----- Ao Senhor Ministro da Economia e Emprego;

----- Ao Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social;

----- Aos Grupos Parlamentares;

----- À Comunicação Social Local, Regional e Nacional.”

----- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Penso que poderão surgir mais Moções neste sentido. Apelava à Mesa que as mesmas pudessem ser analisadas em conjunto, de forma a colocar-se à consideração da Assembleia uma só Moção.

----- **A partir deste momento, a Deputada Municipal Edite Formigo passou a participar nos trabalhos.**

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e nove membros.**

----- O Deputado Municipal Artur Salgado apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, a **Moção** que a seguir se transcreve:

----- “A propósito da intenção deste Governo acabar com os feriados do Corpo de Deus, de 15 de agosto, de 5 de Outubro e de 1 de dezembro, os Deputados Municipais do Partido Socialista, cientes de que um povo, qualquer que ele seja, não pode viver sem referências simbólicas ou sem determinados feriados como o 5 de Outubro de 1910, matriz histórica, republicana e democrática do Estado português.

----- Ainda nesta semana uma tradição secular como o Carnaval foi por autoritarismo deste Governo, negada tolerância de ponto aos funcionários públicos e a milhares de trabalhadores autárquicos.

----- A cegueira governamental é de tal ordem que nem sequer ouviram Marcelo Rebelo de Sousa e António Capucho dizer que tal atitude do Governo é um “erro enorme”.

----- Cerca de 65% das autarquias não obedeceram, nem tinham de obedecer, às ordens do Governo.

----- Como se não bastasse, ainda ontem o número dois do Governo, o Ministro dos Assuntos Parlamentares, anuncia que para o ano também não haverá tolerância de ponto.

----- Tal atitude apenas se entende por pirraça, vingança ou porque as populações nacionais e de Tomar não aceitam uma política do quero posso e mando.

----- Viu-se há dias em Gouveia as vaias que o Primeiro-Ministro ouviu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- O Ministro da Saúde, numa política de cortes cegos que vão para além do memorando da Troika, quis que os dadores de sangue pagassem taxas moderadoras nas urgências ... a realidade obrigou-o a recuar. -----

----- Quanto ao feriado do 5 de Outubro, apenas dizemos que este Governo não compreende que uma comunidade não sobrevive sem um sentido forte das suas datas fundamentais como é esta. -----

----- Pelo que apelamos que os deputados na Assembleia da República não aprovem este projeto governamental que continua a ser discutido com o Vaticano por efeito da Concordata. -----

----- No dizer de D. Januário Torgal Ferreira, a propósito do Governo ter decretado em não conceder tolerância de ponto no Carnaval: “Quem vai rapar 4 feriados teria de rapar também este. Um dos emblemas deste Executivo é “ou vai ou racha”. Leva tudo à frente e não ouve ninguém.” -----

----- Ou como afirma Manuel Alegre: “Este Governo faz uma profissão de fé fanática e dogmática que atinge o direito ao lazer como se isso fosse pecado. Seguem um fundamentalismo ideológico cortando símbolos que fazem parte da nossa cultura.” -----

----- Donde solicitamos que esta moção seja enviada ao Grupo Parlamentar Socialista e a outros grupos da Assembleia da República com o intuito de que se mantenha o feriado de 5 de Outubro enquanto marco fundamental da paternidade do regime republicano português desde 1910, e que a Constituição atual define logo no seu artigo 1.º: -----

----- “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”. -----

----- A Deputada Municipal Liliana Sousa referiu: Queria colocar uma questão, que é uma preocupação, em relação à não aprovação da ata da sessão de 17 de dezembro de 2011. O Senhor Presidente acabou de referir que a mesma não está efetivamente pronta para apreciação e aprovação desta Assembleia Municipal. -----

----- Uma outra questão que me está a preocupar é o facto da Ordem do Dia e da respetiva documentação não ser entregue dentro do prazo previsto. Os Deputados Municipais da CDU receberam a Ordem do Dia no dia 17 de fevereiro. A alteração à Ordem do Dia só a receberam ontem, aliás, o Senhor Presidente na convocatória invoca a legislação e ainda os artigos 14.º e 15.º do Regimento, o que pressupõe a entrega da documentação com 5 dias de antecedência. Neste sentido, inviabiliza, de alguma forma, a nossa discussão e depois durante a sessão a nossa intervenção. -----

----- Gostaria que ficasse em ata o nosso protesto veemente em relação a esta questão. -----

----- Uma vez que hoje está no público um munícipe que pretendia fazer uma intervenção, na mesma medida do que fizemos na sessão de 17 de dezembro, em que foi alterado o período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

intervenção do público, solicitava ao Senhor Presidente que colocasse à consideração da Assembleia que tal situação também pudesse acontecer.-----

----- Na altura, este cidadão veio dar conhecimento à Assembleia de questões relativas a um problema que teve com militares da GNR.-----

----- Foi-lhe dito, e bem, que nós não temos poderes ao nível do Tribunal. A verdade é que o Tribunal já se pronunciou e seria interessante que o município pudesse apresentar à Assembleia estas questões.-----

----- Também nos preocupa a nós, na CDU, alguns comportamentos e incidentes que têm acontecido com a GNR no nosso concelho. Devo lembrar que têm, de alguma forma, melindrado a imagem das forças de segurança e não é isso que nós queremos. Também devemos ter aqui um papel político de mediação nesse sentido. Lembro os acontecimentos ocorridos em dezembro relativamente ao protesto na ponte de Santa Justa.-----

----- Se queremos de facto um policiamento de proximidade e de solidariedade com as populações, devemos exigir da parte da autoridade um comportamento que seja mais solidário com as populações e de maior serenidade. Apesar de não terem sido cumpridas algumas formalidades, a verdade é que a população estava nesse momento a manifestar-se por uma questão que é justa, que é pertinente. Portanto, na Assembleia Municipal também nos devemos solidarizar com esses cidadãos identificados.-----

----- Nesse sentido, solicitava que o Senhor Presidente colocasse à consideração da Assembleia a possibilidade do cidadão, não sei se há mais alguém que queira intervir, o possa fazer antes de darmos início aos nossos trabalhos.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: A primeira questão tem a ver com este assunto que foi agora levantado pela Deputada Liliana Sousa. A respeito da entrega dos documentos e à antecedência com que os mesmos nos chegam. Só recebi os documentos ontem ao fim do dia. Se eu viesse para a Assembleia sem os documentos, como muitos dos Senhores Deputados fazem, não precisava sequer de os receber. Podia recebê-los na segunda-feira, mas é importante lê-los com alguma antecedência para os poder trabalhar. É muito complicado só os ter recebido ontem à noite. Deixava esta primeira nota relativamente a esta questão.-----

----- Perguntava ao Senhor Presidente o que é que está previsto no Regimento e qual é o tempo que considera necessário para que nós consigamos ler os documentos. Tem que haver aqui um prazo mínimo.-----

----- A segunda questão, tinha a ver com uma situação para a qual fomos alertados por forma a garantir a legalidade de funcionamento da Assembleia Municipal. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente, para que conste em ata, e até para evitarmos que mais tarde haja alguma impugnação das deliberações que sejam aqui tomadas, se confirma a legalidade de todos os Deputados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

Ou seja, se estão todos conforme a lei. -----

----- Gostava também de saudar todas as movimentações e contactos que tem havido por parte do executivo municipal no sentido de manter a empresa Tegael. Acho que devemos ser solidários com todas as movimentações, nomeadamente as que têm sido mais visíveis da parte do Senhor Presidente da Câmara e do executivo. É importante que consigamos manter o maior empregador ou qualquer outro empregador do concelho. Face à situação do país não nos podemos dar ao luxo de perder empregadores. -----

----- Tinha também uma questão relativamente à Tegael. Segundo notícias que vieram a público, o executivo municipal a tempo inteiro não assinou este abaixo-assinado, que está neste momento a circular, devido a considerandos de exclusão que foram feitos numa reunião de Câmara.

----- Acho que é importante sabermos, quando assinamos um documento, se este exclui alguém da sua assinatura. Isso não é defender os interesses do concelho, não é defender a população do concelho, não é defender as empresas. É defender partidos e ideais partidários, mas com isso nós não alinhamos. -----

----- Esclarecer se verdadeiramente foi dito o que está na comunicação social e se foi dito com intenção ou se foi dito no calor do momento. Se este abaixo-assinado inclui todos – a UGT, a CGTP, CDS, PSD, PS, Bloco de Esquerda, todos os partidos. Parece que se for um documento inclusivo deve ter a assinatura de todos nós. -----

----- Por fim, gostava de ler uma declaração que tem a ver com a renúncia do mandato de José Manuel Meirinho, o meu antecessor aqui na Assembleia Municipal:-----

----- “O PSD de Coruche manifesta publicamente o reconhecimento pela dedicação de José Manuel Meirinho, que esta semana decidiu renunciar ao mandato de Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Coruche.-----

----- O até agora Deputado Municipal José Manuel Meirinho tem um reconhecido percurso de dedicação à causa pública, nomeadamente no concelho de Coruche, tendo ao longo dos últimos 30 anos desempenhado com exemplaridade, entre outros, o cargo de autarca e de dirigente associativo. -----

----- Repudiamos a baixa política que conduziu a esta renúncia, pois acreditamos que a verdade não pode ser substituída pelos ataques sem sentido, demagógicos e arrogantes, fruto de uma maioria absoluta. -----

----- O PSD de Coruche está solidário nesta decisão com o Companheiro e amigo José Manuel Meirinho, e irá emitir uma posição pública sobre este assunto.”-----

----- O Deputado Municipal José Dionísio proferiu a seguinte intervenção:-----

----- No passado dia 11 do corrente foi proporcionada aos eleitos desta Assembleia uma visita a algumas obras que a Câmara ultimamente concluiu e a outras que estão em curso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Pelo que nos foi dado ver acreditamos que alguns dos Deputados teriam uma opinião diferente daquela que, muitas vezes, têm demonstrado com intervenções feitas nesta Assembleia. Por isso, lamentamos que alguns dos Deputados não pudessem, ou não quisessem fazer esta visita, para comprovarem os factos. -----

----- Para conhecimento daqueles que não compareceram, passo a fazer um pequeno resumo do que vimos - e que acho foi muito.-----

----- Iniciámos a visita pela obra de remodelação do mercado municipal. De seguida, dirigimo-nos para a freguesia da Lamarosa e verificámos o novo circuito de manutenção na estrada da Er-ra. Após isto, seguimos em direção aos Foros do Frazão, onde verificámos os trabalhos que estão a ser terminados como a colocação de um novo tapete e arranjo de bermas desta estrada. -----

----- Já na Lamarosa visitámos o novo Centro Escolar e a ETAR, passando, ainda, pelas obras do Lar de Idosos - cuja obra tem também a comparticipação de verbas da Câmara. -----

----- Voltámos para a sede do concelho, onde durante a viagem o Senhor Presidente nos explicou o que está projetado para a reconversão da zona do Bairro da Areia até ao Centro de Saúde. Chegámos, entretanto, junto de mais uma obra de grande importância para Coruche: O Novo Quartel dos Bombeiros. Esta obra está em fase de acabamento, encontra-se bem situada e será no futuro uma mais-valia para a proteção civil e assistência às populações do nosso concelho. ---

----- Dirigimo-nos, de seguida, para a mais jovem freguesia do concelho - a Fajarda - onde também visitámos duas obras, que certamente muito irão contribuir para o desenvolvimento e bem estar das gentes desta freguesia, refiro-me ao novo Centro Escolar e à ETAR. -----

----- Estando a aproximar-se a hora do almoço, que nos foi servido no refeitório da Zona Industrial, dirigimo-nos para o local, aproveitando ainda para passar pela freguesia do Biscainho, onde visitámos a obra de asfalto e colocação de passeios e valetas em parte da Estrada Municipal 515, nesta freguesia. -----

----- Depois de almoço, e de regresso ao ponto de partida, visitámos a obra mais consensual feita nos últimos tempos em Coruche: O açude insuflável do Sorraia e a ponte pedonal sobre o mesmo.-----

----- Pelas 17 horas deste dia foi ainda inaugurada mais uma obra de grande importância para a freguesia da Branca. Tive pena, mas não consegui estar presente, por isso, apresento as minhas desculpas aos Senhores Presidentes Dionísio e Francisco. -----

----- Enfim, terminado mais um dia de visitas a obras de grande relevância para as populações das freguesias visitadas, apraz-me dizer que deveríamos acrescentar ao slogan “Coruche Inspira” o “Coruche Inspira e respira melhor, com obras desta natureza”. -----

----- Por isso, quero apresentar ao Senhor Presidente da Câmara Dr. Dionísio Simão Mendes, o meu agradecimento e os meus sinceros parabéns, como coruchense, por tudo o que tem feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

pelo nosso concelho durante os seus mandatos. -----

----- A Deputada Municipal Edite Formigo apresentou, em nome da Coligação Democrática Unitária, a **Moção “6 de fevereiro - Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina”** que a seguir se transcreve: -----

----- “Agora que se aproxima mais um dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é importante homenagear todas aquelas que com o seu esforço e sacrifício permitiram que hoje a mulher seja equiparada ao homem em muitos campos da sociedade. -----

----- Homenagear estas mulheres é preservar a memória coletiva, é construir para um progresso social.-----

----- Homenagear as mulheres do passado, mas também as do presente, aquelas que hoje se desmultiplicam e são cidadãs, trabalhadoras e mães e assim dão um contributo inestimável à democracia e ao Portugal de abril. -----

----- No entanto e em boa verdade, se em matéria de igualdade de géneros muito já foi conquistado, persistem ainda algumas práticas que metem em causa a liberdade, a dignidade e a saúde do género feminino.-----

----- A Mutilação Genital Feminina (MGF) é hoje considerada como uma das formas mais cruéis de violência exercida contra as mulheres.-----

----- A MGF assume-se como uma prática ancestral, de origem incerta, que afeta milhões de raparigas e mulheres em mais de 40 países, 28 dos quais no continente africano, mas igualmente mulheres de todos os continentes. -----

----- O Parlamento Europeu estima que na Europa vivam cerca de 500 mil mulheres e jovens mutiladas e que 180 mil estarão em risco anualmente. Não sendo Portugal uma exceção, estando submetidas a essa prática centenas de mulheres imigrantes. -----

----- Seis de fevereiro foi a data internacionalmente consagrada como Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, em 2003, pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de denunciar esta prática levada a cabo em várias idades, desde o nascimento até à primeira gravidez, tendo a maioria lugar entre os 4 e os 8 anos, em que uma parte ou a totalidade dos órgãos genitais femininos externos é removida, muitas das vezes com recurso a instrumentos rudimentares como pedaços de vidro, lâminas de barbear, facas velhas e tesouras, sem recurso a anestesia e por pessoas sem qualquer tipo de formação médica.-----

----- A MGF não é de todo um costume inofensivo. Causa danos físicos e psicológicos irreversíveis, podendo ainda levar à morte de raparigas de todas as idades. -----

----- Esta mutilação viola o direito das jovens a desenvolverem-se psicossocialmente de um modo saudável e natural, sendo uma ofensa grave aos direitos humanos em geral, e aos direitos da mulher e da criança, em especial. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Em homenagem a todas as mulheres e em especial às do concelho de Coruche que com o seu esforço e trabalho reforçaram a democracia e que contribuíram para uma maior equidade de géneros e a todas aquelas que de alguma forma foram ou são vítimas de violência e a quem foi negado o direito à sua integridade física, a Assembleia Municipal de Coruche, reunida em 24 de fevereiro de 2012, delibera:-----

----- 1 - Invocar o 8 de março e saudar as mulheres do concelho de Coruche.-----

----- 2 - Exaltar que toda a Mulher tem direito à sua integridade física, à sua sexualidade e função reprodutora sem constrangimentos e imposições. -----

----- 3 - Defender a importância da condenação da MGF e as mudanças legislativas, no sentido de punirem quem a pratica. -----

----- 4 - Repudiar a MGF por constituir uma violação grave dos direitos humanos de meninas e mulheres e uma forma de violência com base no género.-----

----- 5 - Aprovar um voto de pesar por todas as mulheres e crianças que foram vítimas de Mutilação Genital Feminina. -----

----- Porque é importante não calar e não virar a cara para o lado, defender a igualdade de géneros e os direitos das mulheres é construir para um futuro digno é contribuir para um Portugal de abril. -----

----- A mudança real é feita por todas e todos nós! -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara informação sobre o ponto de situação da empresa Tegael. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: O que tem passado na comunicação social é fundamentalmente aquilo que resulta do desenvolvimento deste processo. De uma forma geral, a comunicação social tem retratado com rigor aquilo que tem acontecido. -----

----- Em termos muito genéricos, em dezembro, fomos surpreendidos com a exposição da Tegael de reduzir o número de trabalhadores, que passava por um despedimento coletivo de cerca de 70 trabalhadores, no sentido de reduzir custos fixos e de aligeirar o funcionamento da empresa e poder responder à quebra do número de contratos e ao esmagamento das margens que estava a verificar-se no setor. -----

----- O que nos foi transmitido é que sem essa redução de trabalhadores não era possível encarar o futuro desta empresa, porque o volume de negócio era menor, as margens eram mais apertadas e o exercício de 2010 tinha sido negativo em 3 milhões de euros e avizinhava-se outro exercício negativo para 2011 em cerca de 3 milhões de euros. -----

----- Na altura, fiquei um pouco surpreendido, embora já existissem rumores de rua e de café que a Tegael ia despedir alguns trabalhadores. -----

----- Este processo decorreu durante o mês de dezembro e a situação, ao contrário do que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

esperava, até foi relativamente pacífica, ou seja, os 70 trabalhadores, com duas exceções, aceitaram integrar esse despedimento coletivo. Depois ainda houve mais 20 trabalhadores que se voluntariaram para entrarem no processo.-----

----- Mais tarde, durante o mês de dezembro, foi-me transmitido pela administração que faltava negociar com a banca cerca de um milhão e meio de euros para fazer face às indemnizações. Se a banca adiantasse esse dinheiro os despedimentos concretizavam-se durante o mês de dezembro e os trabalhadores seriam indemnizados ainda durante esse mês, porventura ainda antes do Natal. Por altura do Natal, informaram-me que como havia atraso por parte da instituição bancária relativamente à decisão do empréstimo do dinheiro, que não conseguiam cumprir o que estava previsto. Não iriam cumprir junto dos trabalhadores o pagamento da indemnização até ao Natal, mas que iam ver, se pelo menos até ao final do ano, conseguiam, pois o banco privado já tinha disponibilizado a sua parte (1 milhão de euros) e a Caixa Geral de Depósitos ficou de disponibilizar 500 mil euros. Ainda não o tinha feito, mas aguardava-se a todo o momento que o fizesse.-----

----- Tive conhecimento, através de uma reunião que foi solicitada pela Administração, a 13 de janeiro, e pela primeira vez tomei contacto com o gestor do grupo, que informou que já tinha transmitido ao Sindicato, durante essa manhã, que as coisas tinham-se complicado e que essa ideia de despedir alguns trabalhadores e de os indemnizar não tinha sido possível. Efetivamente, não chegaram a ter o dinheiro da Caixa Geral de Depósitos, mas também já não valia a pena pensar nisso porque a situação era de tal maneira irreversível que só havia uma hipótese - fechar a empresa e terminar a atividade ao longo do ano de 2012 o mais tranquilamente possível, tentando evitar agitação social.-----

----- Que tinham muito dinheiro a receber, nomeadamente da REN, da EDP e da PT.-----

----- Os contratos que em dezembro eram uma perspectiva de futuro, nomeadamente os contratos para Angola ainda não tinham arrancado e não sabiam quando é que iriam arrancar.-----

----- O grupo de 52 trabalhadores que estava na Irlanda ia passar para a Escócia, mas com novos contratos.-----

----- Em Portugal não havia perspectivas de negócio e não restava outra hipótese senão fechar a empresa.-----

----- Alguns trabalhadores ficariam a trabalhar em empresas associadas do grupo, nomeadamente a Telcabo, mas a grande parte iam ser despedidos.-----

----- Referiu-me, ainda, que a Tegael pertencia a um grupo que estava a ser consolidado e que essa nova gestão estava a tratar de reajustar o grupo, não havendo hipótese para a Tegael.-----

----- Na altura fui apanhado de surpresa e ainda perguntei o que aconteceria com as instalações da Tegael, tendo o gestor respondido que eram para vender. Mais, se a Câmara soubesse de al-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

guém que estivesse interessado nas mesmas que os informasse. Disse-me que era uma estratégia de grupo e que têm de racionalizar o grupo, porque esta empresa não tem viabilidade. -----

----- No dia 12 de janeiro tinha tido uma conversa com o Rui Aldeano, onde o Rui já se mostrava preocupado, juntamente com os outros delegados sindicais, com o facto das indemnizações não estarem a chegar aos trabalhadores. -----

----- Apesar de todo este quadro, tínhamos notícia que alguns trabalhadores já tinham sido indemnizados e que outros já estavam com reservas feitas para embarcarem para Angola a 20 de janeiro. -----

----- A partir daí foi o que passou para a comunicação social. -----

----- Na altura, quem mexeu mais nisto fui eu e o Rui Aldeano. Fomos acusados de colocar notícias na comunicação social, que estávamos a perturbar o processo e que tinha havido alguma quebra de solidariedade da nossa parte, porque estávamos a trazer isto para a rua quando era para ser um processo pacífico. Que tinha de se levar as coisas com calma, porque podia afastar os clientes da Tegael e os credores ficariam preocupados. Que pretendiam durante 2012 receber o que tinham a receber e pagar o que tinham a pagar. Podíamos comprometer tudo porque fizemos precipitar as coisas e com esta divulgação estaríamos a perturbar o processo. -----

----- Disse-lhes que estavam a usar uma velha tática. Quando as notícias são desagradáveis matamos o mensageiro. Nas guerras antigas era assim, quando o mensageiro trazia uma má notícia, ele é que era abatido. Não havia mal, o problema era a transmissão da notícia. -----

----- Há 15 dias a administração mostrou algum recuo e alguma sensibilidade para apreciar a hipótese da Tegael não fechar. -----

----- Há coisas que, na minha opinião, estão mal explicadas, nomeadamente a diminuição dos contratos da REN e da EDP. Ouvimos o Governo dizer que a REN e a EDP, ao serem privatizadas, terão um reforço de capital e um aumento da capacidade de investimentos dos novos investidores. Se há um maior investimento e um maior reforço de capital, não se percebe que estas empresas não venham a ter dinâmica e capacidade nos anos de 2012 e 2013. Mas a ser assim, e acho que também é essa a postura dos próprios sindicatos, se é uma questão temporária e conjuntural de haver menos trabalho e de haver menos contratos, porque não entrar num processo de lay-off. A Segurança Social contribui fortemente para os salários dos trabalhadores. Estes, durante alguns meses, terão algum apoio naquilo que é o pagamento do seu salário e a empresa alivia-se relativamente a essa obrigação. Isto pode significar que a empresa se aguente durante mais seis meses, ou um ano, até que o mercado reanime e surjam mais hipóteses de trabalho. -----

----- Por outro lado, os contratos em Angola mantêm-se de pé, não estão extintos, e essa vontade mantém-se perfeitamente viável. São cerca de 15 milhões de euros e são contratos que têm uma parceria com o governo sueco (são pagos pelo governo sueco). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

----- Também há a hipótese de trabalho na África do Sul. Aliás, já há um conjunto de trabalhadores a trabalhar nesse país. Há, ainda, a hipótese de negócios no Brasil.-----

----- Aparentemente esta situação, que é uma situação conjuntural, com o recurso a um processo de lay-off poderia, daqui por seis meses, ou um ano, estar ultrapassada. -----

----- Parece-nos claramente que há aqui uma estratégia de grupo e a Tegael é uma das peças do “puzzle”. Se calhar a Tegael não dá jeito e dá jeito a outra empresa, daí que tenham insistentemente posto a hipóteses de alguns trabalhadores passarem para outras empresas do grupo. -----

----- Se esses contratos da Tegael têm viabilidade noutras empresas do grupo, porque é que a Tegael não os pode executar? -----

----- Por outro lado, sabemos também que há trabalhadores que assinaram o despedimento coletivo e que no outro dia continuaram a trabalhar no mesmo local e na mesma empreitada, mas pagos por uma empresa de trabalho temporário. É exemplo disso o pessoal de limpeza, o gestor de frota, técnicos de higiene e segurança no trabalho (uma série de pessoas que foram despedidas e que assinaram o despedimento, terminaram a ligação com a Tegael no dia 17 e no dia 18 estavam a trabalhar exatamente no mesmo local).-----

----- Na nossa modéstia opinião, a Tegael pode ter viabilidade. Eventualmente será necessário alguma reconversão. Essa reconversão até já foi iniciada e até foi relativamente pacífica. Como disse, foi proposto o despedimento a 70 trabalhadores. Destes, 68 aceitaram e depois houve mais vinte que se voluntariaram. Se a Tegael tem cerca de 380 trabalhadores e há 90 que saem, a empresa, em termos de estrutura de custos e de massa salarial, fica bastante mais aliviada.-----

----- Por outro lado, sentimo-nos completamente defraudados. Em dezembro a versão não era de extinguir a Tegael, era de reduzir o número de trabalhadores. Como agora se diz, permitam-me esse eufemismo, era reduzir as gorduras. Como se com pessoas também se pudesse falar assim. É a linguagem tecnocrática que agora se usa.-----

----- Se isso foi possível fazer em dezembro, é obvio que a empresa está hoje com mais condições para responder a uma situação de crise (com menos faturas e com margens mais apertadas).

----- Por outro lado, sabemos que há no mercado interessados em adquirir a Tegael. A empresa tem prestígio, um conjunto de qualificações e certificações, sendo das empresas de top a nível nacional. Em Portugal há oito empresas como a Tegael. As restantes são subempreitadas, desde a baixa tensão até à alta tensão. A Tegael está certificada e habilitada para fazer esse tipo de trabalhos. Os principais clientes da Tegael são a EDP, a REN e a PT. -----

----- Quando se fala em fechar a Tegael, transferir trabalhadores para empresas do grupo, eles têm o aval e têm saber. -----

----- Por outro lado, a internacionalização da Tegael, coisa tão apregoada hoje como salvação para a nossa economia, aconteceu há 7 anos. A Tegael está desde 2003 ou 2004 a trabalhar na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

Irlanda. A prova é que tem trabalhado ao lado de empresas polacas, francesas e locais. Os contratos na Irlanda estão a terminar e neste momento estão a passar para a Escócia. Estão, também, a negociar com o governo inglês contratos em Inglaterra. Uma empresa em que os trabalhadores triunfaram no estrangeiro, como é que em Portugal isso não é possível? Por outro lado, há um contrato com Angola e toda uma perspetiva de trabalho. É uma situação para nós incompreensível.-----

----- Há 15 dias foi possível fazer duas reuniões, uma com a Nersant e outra com a direção da UGT, nomeadamente com o Secretário Geral. Na sequência dessas duas reuniões, e talvez porque a comunicação social deu cobertura e estava à saída da Câmara Municipal, interrogaram os administradores da Tegael. Estes deixaram no ar a hipótese de reconsiderar o futuro da empresa. Daí para cá não tenho mais notícias concretas. Não vale a pena estar a especular. Tenho muitas dúvidas e tenho muitas preocupações.-----

----- Neste momento, o que nos diz a administração é que dos 380 trabalhadores, saíram 90 e só cerca de 10 a 20 é que têm estado algum tempo em casa. Os outros estão a trabalhar.-----

----- Na nossa opinião, ou se passa por uma situação de lay-off, em que os trabalhadores ficam em casa, mas ficam a ganhar ou a fazer formação profissional, ou, então, porque não encarar a hipótese da Tegael ser vendida a outro grupo que mantenha a empresa? Há claramente no mercado grupos interessados.-----

----- Por outro lado, a REN, a EDP e a PT admitem que a crise é geral, mas não tratam o futuro próximo (2012 e 2013) como um período de desinvestimento total. A Tegael é para essas entidades uma empresa de referência e que está no mercado há 30 anos. Tem-se afirmado e tem certificação.-----

----- Na minha opinião, é um disparate deitar isto para o lixo. Aceitar o fim da Tegael é assistirmos a um crime. É péssimo para os trabalhadores e para as suas famílias e é péssimo para a economia do concelho. Não há justificação. Que há menos margem de lucro, que há menos contratos nesta fase, toda a gente sabe isso, mas as outras empresas continuam a operar. Uma empresa com estas qualificações é necessariamente uma empresa com futuro, passando por crises, passando por ajustamentos, mas esse ajuste já foi feito (despediram 90 trabalhadores de uma forma pacífica e penso que isso permite à empresa respirar).-----

----- Ainda ontem recebemos um e-mail de um empregador que vai fazer um contrato para a Noruega, solicitando que indicássemos 10 trabalhadores da Tegael que queiram ir trabalhar para a Noruega. Este empregador sabe que a Tegael tem pessoal especializado em eletricidade e com capacidade de trabalho. Ele considera que a Tegael já terminou e está disponível para contratar 10 pessoas, de imediato, para irem trabalhar para a Noruega. É a prova que há saber. Acho que não podemos aceitar que esta empresa feche. Acho que há futuro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Da parte da administração, até há pouco tempo, não havia essa vontade. A determinação era fechar e reorganizar o grupo. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Sou dirigente sindical, como todos sabem, e o sindicato tem tentado ter, também, uma ligação à Câmara Municipal, porque este é um problema que diz respeito a todos os cidadãos do concelho de Coruche e não só aos trabalhadores da Tegael. -----

----- Verdade seja dita que temos tido algumas conversas com a Câmara Municipal e alguma troca de informação que tem sido útil para todo este processo. Independentemente das divergências políticas que eu possa ter com o Senhor Presidente da Câmara, ou com a Câmara, tem havido este trabalho importante. -----

----- Como disse o Senhor Presidente da Câmara, estivemos juntos no dia 12 de dezembro e já havia da parte dos delegados sindicais algum receio em relação à situação da Tegael. -----

----- Há muitos anos que se ouvia falar que qualquer dia a Tegael fecharia. Os próprios trabalhadores o diziam. Por vezes, há uma incompreensão sobre o tipo de trabalho que a Tegael desenvolve. Também se dizia que todos os trabalhadores tinham carro. Efetivamente, não é bem assim. -----

----- Existe um esmagamento de preços por parte de empresas com capital público, casos da EDP, da REN e da PT, o que trás problemas gravíssimos ao desenvolvimento destas empresas. Isto leva, por vezes, alguns trabalhadores a colocarem em risco a sua integridade física. Hoje em dia, um trabalhador que vai montar um sistema do Meo a casa de um cliente, se tiver o azar de cair da escada, não tem ninguém para o socorrer. Isto é importante, mas é o tipo de trabalho que se está a desenvolver. -----

----- Atualmente a maior parte dos trabalhadores da Tegael estão ocupados a trabalhar, o que comprova que a Tegael tem trabalho. Houve trabalhadores que saíram da empresa e que na semana seguinte foram chamados para trabalhar em situação precária, alguns a recibos verdes, para instalarem contadores elétricos para a EDP. Portanto, é uma estratégia da empresa ver-se livre de alguns trabalhadores e de ter menos responsabilidades. -----

----- Parece que houve aqui uma mudança, sabe-se lá porquê, de dezembro para janeiro. O despedimento coletivo não era fácil de consumir. Consumou-se da forma como se consumou, porque o grosso dos trabalhadores, por receio que não houvesse dinheiro para as indemnizações, aceitou participar nesse despedimento. Mas isto não é a solução. É bom que isto sirva de lição. Vejam-se aqueles trabalhadores que continuam à espera da indemnização. Ainda só receberam 20% e, entretanto, até os subsídios de desemprego se atrasaram. A forma processual como foi resolvido o despedimento coletivo até parecia estar a ser feito às cegas e por pessoas que não percebiam minimamente de despedimento coletivo. No entanto, a verdade é que se consumou. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Quando o sindicato foi chamado à reunião, no dia 13 de janeiro, pelas 10 horas, com a máxima urgência, quando chegámos e vimos na mesa os administradores, suspeitámos que a coisa boa não era. -----

----- Há empresas que aplicam o lay-off ilegalmente. Convém lembrar que no lay-off somos nós, com os nossos impostos e descontos para a Segurança Social, que vamos pagar uma parte do salário aos trabalhadores e criar possibilidades para viabilizar estas empresas em dificuldades. Para além disto, também o Ministério da Economia tem linhas de crédito, mas estas empresas, no fundo, acabam por ser viáveis, simplesmente não há essa estratégia. -----

----- Permitam-me que faça esta consideração. Tenho dito sempre à comunicação social, mas é incrível que isso não passa, se calhar não é importante. O maior acionista do grupo Telcabo, o Eng.º Sérgio Melo (já não é o senhor que está a dirigir a empresa, agora é o Fyron Group, que se constituiu para gerir estas empresas, até para dar um certo toque de impessoalidade, para que não seja o comendador Sérgio Melo a tratar disto), recebeu uma medalha pela indústria em 2007. ----

----- Numa situação de crise, em que o desemprego já passa os 14%, limita-se a comprar uma empresa em abril, a fazer o despedimento coletivo e depois a encerrar essa empresa por estratégia. -----

----- Sempre pensei que um comendador fosse uma pessoa que tivesse uma visão para além da questão económica ou financeira. Isto é criminoso. -----

----- Mais chocante ainda, foi estarmos no Ministério da Economia e os Secretários de Estado que nos atenderam, dizerem em relação à Tegael: “nós estamos atentos, compreendemos a vossa posição, mas não podemos fazer nada, as empresas são soberanas.” Então para que é que lá estão? Então não apelem ao pastel de nata, porque assim não há pastel de nata que agunte. Foi isto que nos foi transmitido. -----

----- Em relação à pergunta que o Deputado Municipal Francisco Gaspar aqui fez, acho que é importante esclarecer, porque eu não tenho duas caras como o feijão frade. A notícia que viram foi colocada por uma posição minha. Depois amadureci-a junto do sindicato. -----

----- Acho que o Senhor Presidente da Câmara não assinou o abaixo-assinado, era bom que o tivesse assinado, mas foi uma posição dele, não vamos discutir, percebo-o de certa forma. -----

----- Agora Senhores Deputados, percebam que nós aqui não podemos ser incoerentes e hipócritas. Pertença a uma Central Sindical que, há pouco tempo atrás, se recusou a assinar um documento que também se vai aplicar em relação aos trabalhadores da Tegael e à maior parte daqueles que estão nesta sala. Esse documento visa precarizar o trabalho, baixar as retribuições (também se aplica aos trabalhadores da Tegael que fazem trabalho extraordinário e alguns deles recebem mais em trabalho extraordinário do que o vencimento base) e ainda facilitar o despedimento. Se aquele acordo passar a ser lei, se for votado na Assembleia de República, se calhar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

administração da Tegael passa a ter mais facilidade em mandar os trabalhadores para casa. Por uma posição de coerência da parte do nosso sindicato não ia ser feito nenhum esforço, muito pelo contrário, não iríamos solicitar ao Senhor João Proença que assinasse o abaixo-assinado. Os Senhores podem fazer as considerações que quiserem, não há problema nenhum. Parece-nos que era bom que um grande número de cidadãos do concelho assinasse o abaixo-assinado. Foi uma consideração feita por mim, é uma consideração de um sindicato, não é da CGTP. Se entenderem que devem assinar, tudo bem, caso contrário continuamos amigos na mesma. O abaixo-assinado é aquele que está a circular pelas bancadas. Posso-lhe dizer que nesta altura cerca de 150 trabalhadores da Tegael já o assinaram, apesar de todas as dificuldades que temos em chegar aos trabalhadores (pelo tipo de trabalho que têm andam sempre deslocados). Queria dar esta explicação, porque é uma questão até de princípio. -----

----- Foi transmitido ao sindicato, por parte de administração, que o comunicado tinha sido mal feito, que a intenção não era de encerrar a empresa, e ainda falaram em relação ao número de postos de trabalho que queriam manter. Até ao final da semana passada ficaram de fazer uma reestruturação da empresa, aguardamos. Na sexta-feira passada, um administrador ligou-me a pedir muitas desculpas, mas tinha havido um compromisso e ainda não tinham conseguido. Fez o choradinho dele e que entregaria, até hoje, a parte da reestruturação das telecomunicações e durante a próxima semana a parte de eletricidade. Até agora não nos chegou nada. -----

----- Já tive informação que há negociações para uma parte da empresa ser vendida, mas isto é tudo conversa que os delegados sindicais ouvem nos corredores. Não sabemos bem qual é a situação. -----

----- Queremos contar com todos os grupos parlamentares para viabilizar a Tegael e manter os mesmos postos de trabalho, com os mesmos vencimentos e os mesmos direitos. -----

----- O Deputado Municipal Jacinto Barbosa referiu: Recordo-me que a Tegael foi fruto do trabalho e dedicação de um natural de Coruche, da minha freguesia, José Augusto Sousa Martins, que já partiu a alguns anos. Essa empresa começou em 1967, num trabalho até muito simples, apenas com uma máquina muito ferrugenta. Com o seu trabalho, audácia e empenho conseguiu construir esta empresa que eu acompanhei desde princípio. Os trabalhadores mais antigos da Tegael tinham tantos anos de serviço como eu na EDP e trabalhámos muitas vezes em conjunto. -----

----- É com apreensão, que enquanto autarca desta terra, vejo uma empresa desta natureza, que foi marcante e há de continuar a sê-lo, mas em que os tempos não são nada favoráveis. -----

----- Na questão do esmagamento dos preços, tornou-se ao longo dos anos uma selva para quem comeu e viveu deste bom crescimento da EDP e da eletrificação do concelho de Coruche. -

----- Lembro que a eletricidade chegava apenas ao cimo da Riba Falcão, a maior parte do con-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

celho de Coruche não tinha eletricidade. -----

----- É uma luta que não se pode deixar esmorecer. -----

----- Queria aqui também tocar num outro assunto. Todas as espingardas são poucas e aquilo que li no jornal “O Mirante” não é uma questão para ser vista pela CGTP ou pela UGT. Desde sempre que sou sindicalizado e ainda hoje, na pré-reforma, continuo a pagar a minha quota ao Sindicato da Eletricidade de Sul e Ilhas. Sou o sócio 6637, já sou um rapaz com alguns anos e pago uma quota generosa. -----

----- Custa-me, numa altura em que nos devemos unir e combater todo este cerco, esta frente que o Governo e as entidades patronais colocam aos trabalhadores, que os sindicatos e os partidos políticos, admitindo a diferença, não estejam todos na mesma luta. A liberdade implica isso mesmo. Podemos não ser todos iguais, mantendo as nossas diferenças, mas nos momentos cruciais, em que é necessário fazer a defesa dos trabalhadores, não podem haver muralhas. Esqueçamos as muralhas, as muralhas já caíram e as que restam têm de cair. A Tegael para ser defendida tem de ser com o empenho de todos, não pode ser só com o empenho de uns que são mais que outros. Somos todos iguais neste combate. Defender trabalhadores não pode ser uma palavra vã, tem de ser uma palavra de peso, mostrar que realmente é isto que está a acontecer. -----

----- O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: Relativamente às duas Moções, a substância é muito comum. Penso que, e depois da explicação pormenorizada do Senhor Presidente da Câmara, todos não seremos demais para fazer valer junto do Ministério da Economia ou da Assembleia da República que há possibilidade de viabilizar esta empresa. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara falou aqui no lay-off. Quero recordar que em plena crise de 2008/2009, o Governo de então utilizou os instrumentos do lay-off para intervir nas empresas em dificuldades. Muitas dessas empresas continuam a sobreviver. O exemplo dessa política foi a Citröen de Mangualde. Penso que devemos fazer todos os esforços possíveis.-----

----- Também temos a ideia, embora especulativa, de que muitas empresas aproveitam estas crises para se deslocarem ou para fazerem reajustamentos. -----

----- O Presidente da Assembleia questionou se os Deputados Municipais Mara Coelho e Rui Aldeano estavam na disposição de consolidar as duas Moções. -----

----- Ambos os Deputados Municipais concordaram em apresentar uma só Moção. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu que a Moção irá ser colocada à discussão e votação após o intervalo. -----

----- De seguida, colocou à discussão a Moção apresentada pelo Deputado Municipal Artur Salgado.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Relativamente a esta Moção do PS sobre o feriado do 5 de Outubro, começo por recordar as palavras daquele que foi nosso Primeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

Ministro, durante seis anos, que em Paris disse: “Que dívidas não são para pagar. Isso é brincadeira de crianças.” Acho que isto explica qual é o espírito socialista relativamente a compromissos e rigor.-----

----- Quanto à famosa tolerância de ponto do Carnaval, trabalho há 11 anos e acho que este ano foi a primeira vez que gozei uma tolerância de ponto no Carnaval, porque a minha empresa tem um acordo de empresa e isso fazia parte desse acordo. Sempre trabalhei no Carnaval, como trabalhava no dia 24 de dezembro, no dia 31 de dezembro, na Sexta-Feira Santa ou no Domingo de Páscoa. -----

----- Quando se coloca esta questão de irmos todos para a rua gozar o Carnaval, acho que há tempo para tudo. Mas quando temos de trabalhar para recuperar o país, quando temos de transmitir que estamos empenhados na recuperação da economia do país, quando temos de dar um sinal positivo que o país está empenhado e que vai cumprir com aquilo com que se comprometeu, volto a recordar as palavras do ex-Primeiro Ministro, em Paris: “Que dívidas não são para pagar. Isso é uma brincadeira de crianças.” -----

----- Diz-se muitas vezes que o Governo está a aplicar medidas. Fala-se na saúde e na educação. Leiam o acordo com a Troika, leiam o acordo sobre a reforma da saúde, leiam o acordo sobre a reforma da educação. A revisão dos contratos está no acordo que foi assinado pelo Senhor ex-Primeiro Ministro e pelo Partido Socialista. O que é verdade é que os compromissos foram assinados pelo Partido Socialista e que o PSD está a fazê-los cumprir (e bem). -----

----- Entendo isto dentro do contexto que não temos rigor e não cumprimos. É o facilitismo socialista. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Não percebi qual foi a intervenção do Deputado Francisco Gaspar sobre o 5 de Outubro. Falou de tudo, menos do 5 de Outubro. -----

----- Penso que falou em Carnaval, foi uma fantochada. Primeiro falou em conseguir pagar as dívidas, mas depois logo a seguir diz que o Partido Socialista assinou o acordo com a Troika. Há aqui uma contradição. De facto, o Partido Socialista iniciou este trabalho com a Troika, no entanto, esqueceu-se que anteriormente também já tinha tentado outras situações e que o PSD e o CDS as contrariaram. A crise era interna e hoje já é internacional. -----

----- Para mim é importante, mas este Governo às vezes esquece-se da implantação da República, a qual permitiu que hoje estejamos aqui a discutir isto. É, de facto, de uma gravidade tremenda. -----

----- Chamo a atenção da Assembleia Municipal para que se recorde que quem lutou antes do 25 de Abril era laico e republicano. Não podem esquecer o 5 de Outubro. Julgo que é um erro eliminar o 5 de Outubro. Qualquer dia estão a tirar o 25 de Abril. É verdade, com o Governo PSD e CDS qualquer dia também o 25 de Abril deixa de ser feriado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Reclamam que temos de trabalhar mais, mas isto não leva a lado nenhum, não há mais trabalho por isso. Vejam agora com esta situação de não dar a tolerância de ponto o que produzimos mais? Felizmente que até a empresa do Deputado Francisco Gaspar teve o bom senso de dar a tolerância.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Relativamente à Moção apresentada pelo Deputado Artur Salgado já foi tudo dito.-----

----- De qualquer modo, há um reparo que eu quero fazer. O Deputado Francisco Gaspar afirmou que José Sócrates tinha dito “que dívidas não são para pagar”. Efetivamente, ele desenquadrado-se daquilo que disse o José Sócrates. O que ele disse foi “que dívidas não são para pagar de imediato”, foi isso que ele disse textualmente.-----

----- Relativamente à Troika, disse também que assinou, mas previa o desenvolvimento económico. Este Governo esqueceu-se do desenvolvimento económico e está a ter muito cuidado com o aumento de impostos, coisa que não disse que ia fazer durante a campanha eleitoral. O Passos Coelho não se esqueceu de repetir várias vezes que não iria pedir mais impostos ao país. No dia seguinte a ter ganho as eleições veio logo dizer que ia aumentar os impostos. O próprio Cavaco Silva foi porta-voz do PSD, dizendo que não era possível pedir mais impostos ao país, mas quando Passos Coelho tomou posse foi o que se viu. Era só para lembrar o Deputado Francisco Gaspar destes pormenores.-----

----- O Deputado Municipal Jacinto Barbosa referiu: Depois desta pequena discussão sobre Sócrates e Passos Coelho, eu apenas quero referir-me à tolerância de ponto e ao 5 de Outubro. Penso que o mal deste país não está na tolerância de ponto e no 5 de Outubro. Os males estão noutro lado. Tudo isto é como dizia o Almirante Pinheiro de Azevedo “é só fumaça”. Se José Sócrates entortou este país, a verdade é que Passos Coelho também não o está a endireitar, antes pelo contrário, está-se a preparar para lhe dar o golpe final.-----

----- Sou um acérrimo defensor do 5 de Outubro. Tal e qual o Deputado Francisco Gaspar, também eu, durante muitos anos, como prestava serviço público, quando me calhava a estar de serviço não havia tolerâncias de ponto e feriados.-----

----- Mas não é isso que me incomoda neste momento, o que me incomoda é o desemprego, toda esta vida difícil a cada dia e a cada hora. Eu não vejo o Governo atual a ter mão nisto. Ainda hoje constatei quando se abriu o programa sobre a apresentação dos desempregados. O novo modelo já trás lá as empresas, os locais e as vagas para procura de emprego. Acho que as pessoas não devem fazer do desemprego uma profissão, isso já devia ter sido acautelado há muitos anos. É uma vergonha.-----

----- Acho que isto está a tomar proporções cada vez mais duras e vamos ver onde é que vai descambar. Não é o 5 de Outubro. Deixem lá estar o 5 de Outubro. Eu até sou republicano. Sou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

republicano, nasci na República. Ainda servi a Armada Portuguesa que tem a honra de ter um lema que diz: “A Pátria Honrai que a Pátria vos Contempla”. -----

Isto foi mandado afixar pelo último rei de Portugal, dizendo que sendo os oficiais da Armada os mais republicanos do reino, eram aqueles que acabavam por ser os mais leais. Sendo eles os mais republicanos eram os mais leais, não valia a pena a monarquia.-----

----- Viva a República! Viva o 5 de Outubro! -----

----- A Deputada Municipal Luísa Portugal referiu: Queria manifestar-me solidária por haver esta proposta. É preciso que se diga que neste momento é só uma proposta. Possivelmente vai ser efetivada, mas tenhamos esperança até ao último dia. Concordo com a Moção que foi aqui colocada pela provável extinção das comemorações do 5 de Outubro enquanto feriado. Gostava de falar nisto em duas abordagens.-----

----- Perdemos este simbolismo do feriado do 5 de Outubro e estamos a perder em termos de sociedade. Somos uma República e ao sermos uma República temos em nós o desígnio de fraternidade e de igualdade. Quando isto é verdade, qualquer coisa não está bem nesta República Portuguesa.-----

----- Por outro lado, a questão dos motivos que foram invocados pelo Senhor Ministro da Economia sobre esta escolha. A primeira questão que ele levanta é que é preciso produzir para aumentar a produtividade dos portugueses. Penso que ele andou, de alguma forma, distraído lá nas suas universidades, porque não teve tempo de ler muitos documentos importantes, nomeadamente internacionais e europeus (OIT e Eurostat). Há bem pouco tempo, o último relatório da Eurostat dizia que os trabalhadores portugueses são, na Europa, os que mais dias trabalham durante o ano. Não é nos trabalhadores que estará o problema. Tem que se encontrar o problema da falta de produtividade noutros locais.-----

----- Não sei com que critério é que foi decidido que tinham de ser dois feriados religiosos e dois não religiosos.-----

----- Nós somos uma República laica. Há uma lei da liberdade religiosa que diz que as pessoas podem ter direito à sua permissão de decreto religioso sempre que assim o manifestarem.-----

----- O Governo vai fazer esta dualidade não sei porquê. A nossa Constituição diz que somos uma República laica. Uma República laica quer dizer que oficialmente não se professa nenhuma religião. Contesto aqui também este ponto.-----

----- Quando se diz que era o 25 de Abril ou o 10 de Junho, eu pergunto: Porque não o 10 de Junho? O 10 de junho já foi o “Dia da Raça”, já foi o “Dia de Portugal”. Foi um dia escolhido para ser feriado. Não podia ser porquê? O último nome é o “Dia das Comunidades”. As comunidades existem todo o ano num Portugal Republicano e laico. Penso que é, de facto, uma penalidade dos nossos símbolos mais genuínos e mais importantes em termos democráticos retirar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

feriado do 5 de Outubro do panorama de festa e de comemoração nacional. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a **Moção**. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito do PS e oito da CDU) e três votos contra (dois do MIC e um do PSD), aprovar a Moção. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Voto contra porque antes de sermos uma República somos uma Pátria. O 1.º de dezembro é, de longe, um feriado que se sobrepõe, obviamente, a qualquer outro, é o “Dia da Restauração da Independência”, que custou a vida a milhares de portugueses durante sessenta anos. -----

----- Lamento que as pessoas não se indignem com o fim do 1.º de Dezembro e se indignem com o fim do 5 de Outubro. -----

----- Queria também recordar que entre Portugal e a Santa Sé existe um contrato que se chama Concordata, o qual obriga que para se extinguirem feriados civis se extingam feriados religiosos”. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à discussão a Moção “6 de fevereiro - Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina”, apresentada pela Deputada Municipal Edite Formigo.-----

----- O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: Estou totalmente de acordo com a Moção. No entanto, queria só fazer uma observação quanto à eventual penalização daqueles que praticam estes atos. De facto, as crianças são levadas, a maior parte ou a sua totalidade, para os países de origem para serem praticados esses atos, que se passam no segredo das famílias. Mais tarde, em adolescentes, denunciam aquilo que lhe fizeram. A verdade aqui é a verdade das crianças. Se os prevaricadores forem encontrados, muito bem, mas acho que vai ser difícil. -----

----- O Deputado Municipal Abel Matos referiu: A colega que apresentou a Moção só teve em consideração a mutilação genital feminina. Não incluiu a mutilação genital masculina, que é largamente praticada em Portugal, até mais que a feminina. Não percebo porque é que não incluiu. Sabemos que a prática da circuncisão provoca graves alterações na sexualidade. A moção faz a apologia de não se fazer a mutilação genital feminina. Parece que está a desconsiderar ou não está preocupada com a mutilação genital masculina. -----

----- Acho que era de bom tom fazer uma frase sobre a mutilação genital masculina, a qual tem a mesma gravidade, ou até mais, que a feminina. -----

----- Parece que está a dar prioridade a uma prática relacionada com uma determinada religião.

----- Gostaria de saber se estaria disposta a acrescentar uma linha dizendo: “tal como a mutilação genital masculina”.-----

----- A Deputada Municipal Luísa Portugal referiu: Queria congratular-me com esta lembrança. Às vezes pensamos que as coisas só se passam longe, que não somos, de facto, uma aldeia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

global, mas isto passa-se à nossa porta e envolve pais, mães, avós, crianças e adolescentes na pré-puberdade.-----

----- Quanto à questão do Deputado Abel Santos, não posso deixar de dizer que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Quando fazemos uma circuncisão num rapaz tem a ver com algo muito higiénico, tem a ver com um procedimento tão simples como nas crianças que têm um freio muito grande na língua. É praticamente a mesma coisa. Não se pode dizer que é uma mutilação. Se o fosse, e se alterasse a vida sexual nos homens, cerca de 90% teriam a vida sexual irregular por esse motivo. Não é o caso.-----

----- Quando estamos a falar na mutilação genital feminina, estamos a falar de outra coisa. Estamos a falar em relação a órgãos genitais, estamos a falar do corte dos grandes lábios e do clítoris, tudo o que é exterior, dos órgãos genitais femininos. Isto sim, põe em causa a vida sexual daquela mulher, põe em causa a futura gravidez, põe em causa, inclusive, a vida. Há muitas crianças que morrem na altura do corte. Também podem advir complicações gravíssimas na vida reprodutiva destas mulheres.-----

----- Só quero fazer um reparo, no texto da Moção é dito “mesmo que fosse feito em boas condições higiénicas e médicas”. Eu digo que seria sempre um atentado aos direitos humanos em geral e das mulheres em particular.-----

----- Diz-se que é por questões culturais, mas cada vez mais este fenómeno está ser estudado. Não se encontram raízes culturais e muito menos religiosas. Passa-se em países em que a predominância religiosa é muçulmana, mas não se pode dizer que tenha raízes em opções religiosas. --

----- Temos um problema estrutural. Temos problemas com mulheres, raparigas e crianças que são levadas para fora do nosso país para que isso seja feito. Mesmo que seja feito em boas condições higiénicas é sempre um atentado. Já foi dito que algumas saem do país, mas não se sabe se nas comunidades, nomeadamente da periferia das grandes cidades, com grande concentração de pessoas portuguesas e africanas, se passará este fenómeno ou não.-----

----- Saúdo esta lembrança. Saúdo o Dia da Tolerância Zero, mas saúdo este dia por possibilitar que nós estejamos aqui a falar sobre esta matéria tal e qual falámos há pouco sobre o problema da Tegael. Esta questão pode ser um fenómeno que está ao nosso lado e para o qual temos de estar atentos.-----

----- A Deputada Municipal Edite Formigo afirmou: Não é minha pretensão acrescentar a circuncisão masculina, porque não se enquadra dentro das comemorações do dia 6 de fevereiro, ao que acresce, também, a comemoração do 8 de março que se aproxima - Dia Internacional da Mulher. A proposta não se enquadra nesta Moção. A Moção foi feita com outro sentido.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a **Moção**.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito do PS, oito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

da CDU e um do PSD) e duas abstenções do MIC, aprovar a Moção.-----

----- O Deputado Municipal Abel Santos apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “A circuncisão enquanto ato cultural praticável regularmente em muitos locais deste país, não como ato cirúrgico e médico em condições muito específicas, é tão traumatizante, tanto física como psicologicamente na sexualidade masculina como na feminina.-----

----- Ninguém tem o direito de fazer a circuncisão contra a vontade, a não ser que haja indicações médicas e específicas para o fazer.-----

----- Abstenho-me porque acho que não se deve discriminar os rapazes em relação às raparigas neste particular.”-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Relativamente às questões colocadas pela Deputada Municipal Liliana Sousa, nomeadamente sobre a não aprovação da ata, de facto, eu também gostaria de ter a ata da sessão anterior para aprovação. Tem sido ponto de honra da Mesa apresentar a ata da sessão anterior. Mas desta vez foi impossível, por questões logísticas e de tempo, a sua conclusão. É uma ata extremamente extensa.-----

----- Em relação ao envio da documentação, o Regimento remete para dez dias, mas havia documentação que foi aprovada pela Câmara posteriormente, na Quarta-Feira seguinte à convocatória, mas que fazia todo o sentido que integrasse esta Ordem do Dia. Foi essa uma das razões. Depois agravou-se também ao nível do serviço dos Correios.-----

----- No Regimento consta dez dias, embora na lei esteja previsto oito dias. Procuramos cumprir os dez dias. Ontem falava com o Primeiro Secretário e ele dizia-me que ainda não tinha recebido a documentação. Esperamos que não volte a acontecer esta situação.-----

----- Em relação à alteração do período de intervenção do público, subvertendo um pouco o Regimento, como já aconteceu uma ou duas vezes, é entendimento da Mesa que esta é uma Assembleia curta e hoje os cidadãos não ficarão muito tempo em espera. Com o devido respeito pelos cidadãos que estão presentes, vão ter de esperar pelo fim da sessão para puderem fazer a vossa intervenção.-----

----- Quanto às questões colocadas pelo Deputado Municipal Francisco Gaspar, em relação à documentação já as expliquei.-----

----- Também falou sobre a legalidade de todos os Deputados Municipais. Quero dizer que esta história da legalidade e legitimidade começa quando as pessoas concorrem às eleições e a sua elegibilidade é apreciada pelo Tribunal.-----

----- Mas eu pedia ao Deputado Municipal Francisco Gaspar que não falasse em meias palavras e que clarificasse a situação.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Eu perguntei ao Presidente da Mesa, para que constasse em ata, se todos os Deputados Municipais presentes na Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

estão de acordo com a lei. É uma pergunta muito simples. Eu posso fazer uma pergunta ao Senhor Presidente e o Senhor Presidente dará uma resposta.-----

----- Neste momento estou a falar e já tenho um dos meus comentadores a comentar a minha intervenção. -----

----- É a minha primeira Assembleia e coloquei essa questão para que conste em ata. -----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Já disse que a questão das legalidades deve ser apreciada pelo Tribunal. O Tribunal de Coruche, aquando da apresentação das candidaturas, achou que não havia ninguém em situação de ilegalidade. Por isso é que lhe pedi para clarificar, porque uma questão destas, colocada assim, pressupõe qualquer coisa. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: A questão que está aqui a ser suscitada pelo Deputado Francisco Gaspar surpreendeu-me. Supunha que houvesse alguma explicação por parte do Presidente da Mesa. -----

----- Concordo com o que foi dito. A intervenção do Deputado Francisco Gaspar sobre esta matéria configura uma insinuação e carece de um esclarecimento. Todos conhecemos o Deputado Francisco Gaspar há uns anos, não é a primeira vez que ele está eleito na Assembleia Municipal, e sabe como é que funciona a Assembleia e decorre a tomada de posse. Penso que ele saberá mais alguma coisa. Fiquei curioso. Mas se não há nada, é uma grande responsabilidade. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Está a insinuar sem dizer quem. Penso que se há alguém que poderá estar mal, seria o Deputado Francisco Gaspar porque só hoje é que tomou posse. -----

----- Quando somos eleitos, como disse o Presidente e muito bem, é o Tribunal que vai verificar as candidaturas. Agora se ele sabe outras coisas deverá dizê-las aqui. -----

----- Mas eu vou dizer que pode haver aqui Deputados que quando tomaram posse foi por uma determinada organização, seja partido ou independente, e agora estão noutra. O Deputado Francisco Gaspar está a tentar dizer, mas não tem coragem. Quando falou em eleito por uma determinada organização que se dizia independente, penso que, na altura, é que estava mal, porque não era. De facto, já vinha de um determinado partido que era o CDS. Se hoje lá estão, hoje é que estão bem. -----

----- Foram eleitos pelo povo, as pessoas votaram neles, foram eleitos legitimamente. Enveredaram por um caminho, pelo MIC, e agora aparecem noutra organização. Se é isto que quer dizer, então que o diga. -----

----- Para mim têm todo o direito de estar nesta Assembleia. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Queria lamentar as situações que se subentendem. -----

----- Queira lamentar a afirmação do Deputado Municipal Joaquim Banha. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Estou aqui eleito por direito próprio. Fui eleito pelo MIC e vou percorrer o mandato até ao fim. -----

----- No MIC existem pessoas de todos os partidos, filiados ou não filiados, desde o PCP ao CDS. -----

----- Não é bonito, elegante e correto fazer afirmações ou insinuações sobre qualquer percurso que as pessoas devem tomar. É uma responsabilidade de cada pessoa. -----

----- Penso que o Deputado Municipal Joaquim Banha não deveria fazer estas afirmações, porque são infelizes e prepotentes. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira afirmou: Não sei de onde o Deputado Municipal Joaquim Banha tirou a ideia que os Deputados do MIC são do CDS. Eu não conheço o CDS. Eu não sou filiado no CDS e não prevejo vir a ser. -----

----- Não trema Senhor Presidente. Não esteja a tremer. Não devia estar nervoso. -----

----- A verdade é que eu fui eleito pelo MIC, e estou nesta Assembleia pelo MIC. -----

----- Insinuações de baixo intuito não admito. Acho que nos devemos respeitar. -----

----- Fui eleito pelo MIC, defendo o MIC e penso levar até ao fim o meu mandato. -----

----- O Deputado Municipal Jacinto Barbosa referiu: Penso que o Deputado Municipal Francisco Gaspar devia ter sido objetivo. -----

----- Não tenho grande conhecimento da lei, mas fala lá em militantes de partidos políticos. Em relação a movimentos de cidadãos não vi nada que diga que eles não podem estar na Assembleia. -----

----- Peçam um parecer. -----

----- Que se diga que é o Abel Santos e o Gonçalo Ferreira. Não é de exigir à Mesa que se pronuncie. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: A Mesa não tem de ter vergonha. Pode dizer que ninguém está aqui ilegalmente. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Em relação a esta observação do Deputado Abel Santos, já respondi que isso foi verificado pelo Tribunal quando a candidatura foi apresentada. --

----- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e vinte minutos. -----

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- O Presidente colocou à votação a **Moção “Contra o Encerramento de Atividade da Empresa Tegael em Coruche”**, apresentada pelos Grupos Municipais do PS e da CDU que a seguir se transcreve: -----

----- “Considerando que a empresa Tegael, Telecomunicações, Gás e Eletricidade, sediada no concelho de Coruche anunciou que pretende encerrar a sua atividade, colocando em causa cerca de 300 postos de trabalho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Considerando que esta empresa iniciou a sua atividade em 1983, dedicando-se à instalação de Redes Elétricas de Baixa e Média Tensão e Redes Fixas de Telecomunicações, passando na década de 90 a concentrar também a sua atividade na área de Projeto e Instalação de Infra-Estruturas para Telecomunicações Móveis GSM, tendo progressivamente alargado a sua atividade a novas áreas de negócio, melhores índices de prestação de serviços e com uma dimensão internacional consolidada, implementando uma política de expansão no continente Europeu e Africano.-----

----- Considerando que esta empresa é não só o maior empregador privado neste concelho mas também uma empresa com maturidade e credibilidade no setor das telecomunicações e energia com uma vasta carteira de clientes, dos quais se destacam (REN, PT Comunicações, TMN, EDP, NEOP, etc.), tendo uma importância regional que não deve ser descurada. -----

----- Considerando que a conjuntura económica nacional e internacional tem pesado para as famílias, mas também para as empresas que retraíram os seus níveis de negócio, entendeu a administração da Tegael a necessidade de proceder a uma reestruturação da qual resultaria, em dezembro, um despedimento coletivo de 70 trabalhadores a que se juntariam posteriormente mais 20. ----

----- Pese embora esta reestruturação, nada levava a crer que um mês depois, concretamente a 13 de janeiro, a administração da Tegael por via de um comunicado interno viesse informar, quer aos trabalhadores, quer ao Sindicato que pretende cessar a atividade e para isso nomear uma comissão de cessação de atividade, alegando para esse fim a falta de financiamento da banca (nomeadamente da CGD) para poder avançar com o processo de reestruturação que iniciou em dezembro. -----

----- Situação ainda mais inconcebível, sobretudo quando a mesma empresa tem possibilidade de crescer externamente, nomeadamente na Escócia e em Angola, o que comprova a sua viabilidade.-----

----- Neste sentido, vem esta Assembleia Municipal reunida a 24 de fevereiro em sessão ordinária:-----

----- Reafirmar e reforçar a tomada de posição já emanada pela Câmara Municipal de Coruche a 19 de janeiro; -----

----- Mostrar o seu repúdio pela intenção prévia da empresa Tegael encerrar atividade, ou deslocalizar a empresa para outro concelho;-----

----- Solidarizar-se com todos os trabalhadores e suas famílias que se encontram numa situação de incerteza sobre os seus postos de trabalho e respetivo sustento dos seus agregados familiares e comprometer-se em apoiar estes trabalhadores em todas as ações que desenvolvam no sentido de preservar os seus postos de trabalho;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Reforçar também a posição já emitida pela Câmara, por unanimidade, no sentido de se encontrar um outro caminho que possa responder às necessidades de reestruturação da empresa, mas sem pôr em risco os trabalhadores e a economia do concelho, evitando assim uma situação de calamidade social em Coruche; -----

----- Realizar através da Mesa da Assembleia Municipal todos os contactos que sejam necessários, nomeadamente com o Governo, sobretudo com o Ministério de Economia, para que este acompanhe a situação da Tegael, com uma atitude ativa, uma vez que se trata de um grave problema nacional. -----

----- Delibera ainda, esta Assembleia Municipal, remeter a presente moção “Contra o Encerramento de Atividade da empresa Tegael em Coruche”:-----

----- Aos representantes dos trabalhadores na empresa Tegael; -----

----- À administração da empresa Tegael, à Telcabo e ao Fyron Group; -----

----- À Câmara Municipal de Coruche; -----

----- Ao Senhor Primeiro-Ministro; -----

----- Ao Senhor Presidente da República; -----

----- Ao Senhor Ministro da Economia e Emprego; -----

----- Ao Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social; -----

----- Aos Grupos Parlamentares; -----

----- À NERSANT; -----

----- À AECOPS; -----

----- À Comunicação Social Local, Regional e Nacional.” -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Moção. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO UM - REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE CORUCHE:-** Foi presente o ofício n.º 1152, de 6 de fevereiro de 2012, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Regulamento em epígrafe, que foi aprovado por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 1 de fevereiro de 2012, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de atualizar o Regulamento. Já em anteriores circunstâncias referimos que este Regulamento é dos que permite mais abertura para os estabelecimentos comerciais e um período mais alargado de funcionamento, cabendo aos seus proprietários definirem dentro desse período alargado o período de trabalho e o período de abertura ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

público. -----

----- Não foram sugeridas quaisquer alterações ou sugeridas propostas alternativas.-----

----- Foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. -----

----- Proponho à Assembleia que o aprove para que possa entrar em vigor. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimento por parte dos Deputados Municipais, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Coruche. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO DOIS - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS:-** Foi presente o ofício n.º 1830, de 16 de fevereiro de 2012, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Regulamento em epígrafe, que foi aprovado por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 15 de fevereiro de 2012, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Este Regulamento tem a ver com a situação que se vive no país e no concelho de Coruche, com uma situação muito difícil e com muitas famílias e pessoas individualmente a sofrerem dificuldades muito grandes, em consequência do desemprego, em consequência da redução de rendimentos ou mesmo da perda de rendimentos efetivos. Esta situação leva a que frequentemente na Câmara tenhamos solicitações de apoios dos mais diversos tipos (seja para acudir a situações de emergência e que têm a ver com rendas em atraso, pagamento de medicamentos, de situações de ruína das habitações ou outras que não são tão emergentes assim, por exemplo, o pagamento do passe escolar, o pagamento das mensalidades das creches ou a aquisição de livros para os filhos).-----

----- É um conjunto de situações que já existiam no passado, mas que ultimamente têm vindo a aumentar de uma forma muito acentuada e muito notória. -----

----- A Câmara, naturalmente, estará disponível para acudir a algumas destas situações, não querendo nós substituir-nos ao Estado, às instituições que devem tratar destas questões, mas sabendo que algumas têm uma tal urgência que se aguardar uma decisão da Segurança Social esta poderá chegar tarde. -----

----- Pretendemos que estes apoios sejam aplicados de uma forma criteriosa e com fundamen-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

tação. Para isso, os pedidos devem ser feitos junto do Serviço Ação Social, o qual deve depois inquirir os interessados e ter necessariamente informação completa sobre a situação sócio-económica da família. Só depois é que a Câmara se pronunciará em relação ao apoio que é solicitado. -----

----- No fim de contas, pretendemos fazer as coisas com legalidade e sustentadas num parecer técnico do Serviço de Ação Social. -----

----- É um assunto que está na ordem do dia e é uma necessidade urgente para muitas pessoas.

----- Achamos por bem, como é de lei, que o apoio esteja enquadrado num Regulamento. -----

----- O Regulamento esteve em discussão pública, mas não obteve contributos. Na reunião de Câmara em que foi aprovado é que houve o contributo da bancada da CDU, no sentido de acrescentar a possibilidade, no caso do requerente ter dificuldades em termos de literacia, do Serviço de Ação Social se responsabilizar por preencher o pedido de apoio. Por vezes já acontece esta situação, mas fica essa obrigação. -----

----- Penso que se justifica a aprovação deste Regulamento. -----

----- O Deputado Municipal Jacinto Barbosa referiu: Este documento vem sustentar aquilo que se vai fazendo. A Câmara entendeu, e entendeu bem, ter por base um documento deste género, o qual foi aprovado por unanimidade, sendo um sinal que as partes estavam envolvidas nesta situação. -- -----

----- Quero dizer que será o Serviço de Ação Social que irá analisar toda a documentação e preparar o processo para depois o enviar à Câmara para que esta possa decidir. No entanto, queria transmitir ao Senhor Presidente da Câmara que os serviços, por vezes, poderão ser frios, mas que a Câmara, os eleitos, aqueles que têm responsabilidades de decidir poderão fazer uma leitura mais de acordo com as necessidades. Os documentos que estão no processo podem não dizer tudo. Não deixar que a decisão seja tomada só pela apreciação dos técnicos. -----

----- É de louvar este e outros documentos para que se faça um trabalho correto e com vista a uma verdadeira ajuda, já que estamos a viver momentos cada vez mais difíceis. A Câmara e as Juntas de Freguesia estão a ser muito assediadas com estes problemas. -----

----- As Juntas de Freguesia não têm capacidade financeira para estas situações, mas podemos encaminhar para a Câmara ou para quem de direito. -----

----- Em relação à pequena ajuda, estamos a fazê-lo e digo-lhes que é um número muito elevado de pessoas que precisam de ajuda. -----

----- Este documento está bem feito e eu estou completamente de acordo. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: Estou muito satisfeito, porque o PS e o Senhor Presidente, na altura da campanha eleitoral, diziam que a Câmara não tinha uma função social. Felizmente que ouviram uma das nossas bandeiras na campanha eleitoral, que é a chamada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

obra social. Isto sim é obra social e também faz falta. Queria congratular-me pelo facto do Senhor Presidente ter evoluído no seu pensamento e dedicar uma parte do trabalho da Câmara a olhar pelas pessoas e a apoiá-las nesta fase difícil que estamos a passar. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: No artigo 4.º, alínea d), consta “exames”, não é bem explícito, devia acrescentar-se qual é o tipo de exames. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de exames médicos. Pode-se acrescentar, mas é redundante. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara e colocou à votação o Ponto Dois. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO TRÊS - PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DE 2013, 2014 E 2015:-** Foi presente o ofício n.º 1831, de 16 de fevereiro de 2012, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o processo sobre o procedimento para fornecimento de refeições escolares e solicitando autorização para a repartição de encargos da seguinte forma: -----

----- 2013 – 267.300 € -----

----- 2014 – 267.300 € -----

----- 2015 – 167.805 € -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se da autorização da Assembleia para a fixação das verbas a afetar ao fornecimento de refeições escolares para os anos de 2013, 2014 e 2015. Vamos abrir um concurso público nesse sentido e temos de ter as verbas inscritas em Orçamento. Faz-se uma previsão das verbas a afetar em cada um dos anos económicos. -----

----- Se necessário, estas verbas podem ser corrigidas no decurso dos anos. Para já são verbas previsionais para se poder abrir o concurso. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo qualquer pedido de esclarecimento por parte dos Deputados Municipais, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos pelos anos de 2013 (267.300 €), 2014 (267.300 €) e 2015 (167.805 €). -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

-----**PONTO QUATRO - PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL - CORUCHE:-** Foi presente o ofício n.º 1846, de 16 de fevereiro de 2012, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Plano de Ação para a Energia Sustentável - Coruche, que foi aprovado por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 15 de fevereiro de 2012, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com a nossa preocupação com as questões ambientais e o cumprimento daquilo que se chama o pacto dos autarcas para a energia. -----

----- Decidimos aderir a esse pacto e na sequência disso tínhamos a incumbência de avançar com o “Plano de Ação para a Energia Sustentável”. -----

----- Esse documento tem a ver com o período de 2012 até 2020 e com a caracterização da situação do concelho. Numa primeira parte, a vila de Coruche no enquadramento político, económico e social energético e, depois, aquilo que são as propostas de ação para o futuro, no sentido de garantirmos, cada vez mais, o fornecimento de energia renovável, uma energia limpa e menos pontos de poluição. -----

----- O que está neste documento são previsões daquilo que se pretende fazer e o compromisso que a Câmara, no futuro, assumirá essa prática e esses princípios como orientações para o seu trabalho e para uma estratégia energética para o concelho de Coruche. -----

----- Há várias formas de expressão. Por um lado, no consumo concreto de energia e na opção pelas fontes de energia. Por outro lado, na capacidade de se reduzir esses consumos e de se encontrar alternativas a alguns consumos energéticos. -----

----- Por exemplo, com a sugestão de utilização dos transportes públicos em detrimento de transportes privados, com a prática de desportos e de atividades saudáveis (como a caminhada e a circulação de bicicleta), com a utilização de veículos menos poluentes ou de veículos elétricos, com o reduzir da emissão de gases, ou seja, um conjunto de práticas que evitam a poluição e os gastos de energia. Procurar sempre energias alternativas ou forma de reduzir os gastos energéticos. -----

----- Poder-se-á dizer que estão aqui expressos um conjunto de intenções, mas é um documento que nos vincula perante autoridades internacionais. Evidentemente que os eleitos na Assembleia e na Câmara ou os munícipes podem monitorizar a prática e a concretização deste plano de ação. -----

----- São declarações de intenções. Pretende garantir formas de energia não poluentes, energias renováveis e cada vez um menor consumo de energias fósseis. -----

----- Algumas práticas já estamos a fazê-las. Por exemplo, a produção de biogás no Aterro Sa-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

nitário da Raposa; a recolha dos óleos alimentares; a microgeração, que já implementámos em alguns edifícios municipais; a substituição do gasóleo de aquecimento para as águas das piscinas, do estádio ou do pavilhão desportivo através do recurso a energia solar térmica. -----

----- Este é um conjunto de práticas que já temos no dia a dia e que nos vão colocando no caminho da responsabilização ambiental. -----

----- Há ainda o exemplo da aquisição de uma viatura de recolha de cartão elétrica em alternativa a uma viatura tradicional. -----

----- Existe ainda o assinalar da Semana Europeia da Mobilidade que permite implementar nas escolas um conjunto de boas práticas. Permite aos mais jovens ter uma educação ambiental desde tenra idade para que essa educação ambiental possa ser transmitida à família e aos vizinhos. -----

----- Outro exemplo é a eficiência na iluminação. Já se substituiu uma parte significativa das lâmpadas do concelho por lâmpadas de maior rendimento e de menor consumo. -----

----- São aspetos que passam pela nossa prática, mas que temos de melhorar até 2020 para cumprir este plano de ação. -----

----- Houve um conjunto de autarquias que aderiram, outras manifestaram intenção mas não concretizaram o Plano. Coruche pode ter aqui um papel pioneiro e é importante que assumamos essa atitude para que estas questões possam estar mais presentes no nosso dia a dia, e em especial, nas gerações mais jovens. É importante trabalhar junto das gerações em idade escolar porque são elas que mobilizam os pais e os avós, que transmitem esta informação e que conduzem a uma alteração de práticas. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à discussão o Ponto Quatro. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Ação de Energia Sustentável - Coruche. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- PONTO CINCO - GRAVAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM MEIOS AUDIOVISUAIS DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS:- -----

----- O Presidente da Assembleia esclareceu que o Grupo Municipal do MIC tinha pedido o agendamento deste ponto para a sessão de dezembro, mas dado o elevado número de assuntos para aquela sessão, foi acordado com o Deputado Municipal Abel Santos que o agendaríamos para esta Assembleia. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao Deputado Municipal Abel Santos. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Dado que o Regimento é omissivo sobre a questão da gravação das sessões da Assembleia e dado que o Senhor Presidente proibiu o MIC e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

proibiu toda a gente de gravar em quaisquer meios audiovisuais (imagem e som) as sessões da Assembleia Municipal, remetendo para as atas aprovadas no futuro, bem como para gravações disponibilizadas também nessa altura. Chamou a si a responsabilidade de autorizar, caso a caso, o registo nestes meios.-----

----- Dado que na última Assembleia Municipal, e apesar de não ter estado presente, soube que houve gravações não autorizadas do jornalista do “Mirante”. O Senhor Presidente concordou com a realização dessa gravação. Não coincidindo a prática com aquilo que o Senhor Presidente aqui impôs, é importante que fique esclarecido quais são as regras a aplicar para todos e não só para alguns. -----

----- Quero entregar à Mesa, para que seja posto à votação da Assembleia, a seguinte **proposta:**-----

----- “Tendo em conta que as sessões da Assembleia Municipal foram sempre passíveis de registo em qualquer meio audiovisual, assim como a sua divulgação, e devido à recente proibição instituída pelo Presidente da Assembleia Municipal de Coruche de gravar as sessões públicas da Assembleia Municipal, vem o MIC propor à votação o seguinte: -----

----- 1 - Que as sessões públicas da Assembleia Municipal possam ser registadas através de meios audiovisuais e que possam ser divulgadas, para que a população que nos elegeu tenha acesso às mesmas, quer para uma maior transparência, quer para uma maior proximidade para com os nossos concidadãos.”-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Creio que este é um não problema. As Assembleias Municipais são públicas. Julgo que na sessão em que o Senhor Presidente expressou que não se poderia proceder à gravação extravasou as suas competências. As Assembleias Municipais são públicas e até há Assembleias onde se transmitem em direto as sessões. -----

----- As atas são outra coisa.-----

----- A comunicação social pode vir e gravar as sessões. -----

----- Qualquer um de nós pode, com o telemóvel, registar som ou imagem. Este é um não problema. -----

----- É evidente que não é de bom tom que um Deputado se levante e ande aqui a tirar fotos. É evidente que as Assembleias são públicas e a reprodução áudio até é vantajosa. -----

----- Lamentamos que os municípios não venham em maior número às sessões, logo o que aqui se discute, quanto mais divulgado e publicitado for, tanto melhor. A Assembleia é o órgão mais importante do concelho em termos políticos e tem competência para fiscalizar a Câmara Municipal. Por aqui passam os principais documentos da gestão municipal e é importante divulgar a atuação do órgão.-----

----- Este é um não problema e aqui deve imperar o bom senso. Não havendo perturbação, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

me choca nada que um munícipe reproduza pelos seus meios o que se passa na Assembleia Municipal. -----

----- O que se passa é aquilo que cada um de nós diz, aquilo que cada um de nós expressa, os seus pontos de vista e as posições que toma. Portanto, isto é importante que seja divulgado. Apelava a que houvesse nesta matéria bom senso. Não há nenhuma razão, nem do ponto de vista jurídico, para que se impeçam as gravações da Assembleia Municipal. -----

----- O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira afirmou: Não estou de acordo com o que diz o Deputado Municipal Armando Rodrigues. O facto de estarmos num local público não permite que qualquer pessoa, com o seu livre arbítrio, faça as gravações que entender. Estou de acordo que, com as tecnologias que temos à nossa disposição, podemos levar o que se passa nesta Assembleia para a população uma vez que a população não mostra interesse em deslocar-se aqui.---

----- Seria interessante divulgar o que se passa nesta Assembleia, mas as gravações devem ser conduzidas pela Mesa da Assembleia. A difusão em direto ou em diferido do que aqui se passa deve ser devidamente controlado pela Mesa da Assembleia. Os Senhores Deputados conhecem o sistema de outras Assembleias, como é o caso da Assembleia da República. Quando um órgão da comunicação social quer fazer uma reportagem tem que utilizar os meios da Assembleia. A minha posição é que deve haver transparência, as sessões devem ser divulgadas, agora não podemos é gravar aquilo que nos interessa. Não podemos usar um telemóvel no bolso e gravar apenas um excerto de uma conversa. Não há aqui qualquer censura. Querendo um Deputado divulgar no seu site parte da Assembleia, pede à Mesa e esta, se entender, cede a gravação. Não é censura absolutamente nenhuma. O que não pode acontecer é trazer um telemóvel no bolso e gravar a sessão sem que os outros Deputados saibam que estão a ser gravados. -----

----- Isto levanta outra questão. Todos sabemos que a forma como elaboramos o nosso discurso é totalmente diferente quando sabemos que estamos a fazê-lo perante um meio audiovisual. Quando estamos numa conversa informal a linguagem é menos cuidada. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: O ponto de vista da bancada do PS foi defendido na quase totalidade pelo Deputado Osvaldo Ferreira. Não nos incomoda que as sessões sejam gravadas, mas que o sejam pela Mesa e controladas pela Mesa. Caso contrário, corremos o risco, caso seja um partido a fazer as gravações, deste suprimir o que não lhe interessa. Sai uma informação que não é real e que não demonstra o que se passa nesta Assembleia. O que defendemos é que seja transmitido aquilo que se passa nesta Assembleia. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: O que o Senhor Deputado Abel Santos pretende é legalizar uma coisa que é ilegal e que eu penso que está errado. É um trabalho que se deve deixar para a comunicação social e que está a ser gravado também pela Mesa. -----

----- Penso que é falta de ética um Deputado Municipal andar a gravar excertos de interven-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

ções. A Assembleia Municipal é pública, portanto a realização de gravações deve ser feita através da Mesa da Assembleia ou então pela comunicação social. -----

----- Parece que há algo errado e é falta de ética política deste Senhor Deputado. -----

----- O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: Há aqui um equilíbrio um pouco instável sobre o que é comunicação social e o que é política. Quem quiser fazer política, faz política, quem quiser fazer comunicação social junta-se à RVS, ao jornal “O Mirante” ou ao jornal “O Ribatejo”. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Antes de mais queria dizer que fui diretor de um jornal e paguei com o meu dinheiro aos colaboradores. Se alguém disser o contrário é calunioso e mentiroso. Deixei de ser diretor do Jornal de Coruche quando decidi que me iria candidatar pelo MIC. Não sou membro de nenhuma rádio como algumas pessoas que aqui estão. A mim ninguém me dá lições de ética, de moral ou de seriedade. -----

----- Eu gravei as minhas intervenções e as do meu companheiro. Fui acusado aqui de tirar fotografias que não fui eu que tirei, foi o jornalista do jornal “O Mirante”. -----

----- Quando o Senhor Presidente disse que eu não podia gravar as minhas intervenções, contestei. O Senhor Presidente disse que só podiam ser os jornalistas e eu referi que também tinha carteira de jornalista. Acatei, mas não concordei. -----

----- Quando o Senhor jornalista do jornal “O Mirante” vem aqui gravar, não preciso de autorização nenhuma. O Senhor pode dizer “os Deputados Municipais não gravam” ou “os jornalistas não gravam”. O Senhor Presidente tem que definir as coisas e devem ser iguais para todos. ---

----- Eu posso pedir ao jornalista do jornal “O Mirante” a gravação que fez. Eu o que gravei foi à vista de toda a gente e coloquei as intervenções no site do MIC. Para que haja transparência, vamos votar para ver quem é que aqui é antidemocrático e quem é que não tem medo. -----

----- O Senhor Presidente pode difundir a Assembleia Municipal em direto, pode dizer que só os jornalistas é que podem gravar e que os Deputados não gravam. Tem que definir as coisas e tem que as tornar claras. Não posso aceitar que me proíba a mim e aos jornalistas e depois aparecerem gravações. -----

----- Assim, gostava que o Senhor Presidente colocasse esta proposta à votação. As pessoas votam e ficamos a perceber quem é que não tem medo de ir a votos e quem é que não tem medo da democracia. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Antes de mais, queria esclarecer que as reuniões do ECOFIN não são públicas, ao contrário das reuniões desta Assembleia. É mais uma barbaridade que tivemos que ouvir, mas já estamos habituados. -----

----- As reuniões da Assembleia Municipal são públicas e são públicas porque se pretende que cheguem à população e que a população tenha conhecimento do que aqui se passa. Há Assem-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

bleias Municipais que transmitem em direto a sessão. Não há censura e não há cortes da Mesa. É transmitido em direto pela internet e toda a gente pode ver.-----

----- Não percebo a questão que se levantou aqui há pouco quando ouvi um Deputado socialista dizer que não se pode gravar apenas o que interessa. Apenas se pode gravar, de acordo com esse mesmo Deputado, aquilo que a Mesa quer. É a Mesa que decide o que os Deputados podem gravar. Isto foi aqui dito.-----

----- E mais, como nós não estamos num órgão formal, estamos num órgão informal por aquilo que eu percebi, estamos em “amena cavaqueira” uns com os outros. É absurdo ter que ouvir isto.-----

----- É natural que as reuniões sejam públicas porque nós temos que estar próximos da população. É uma pena não termos reuniões descentralizadas e é pena ouvir o Senhor Presidente da Mesa dizer que não há condições para descentralizar. Haveria alguma Assembleia descentralizada com piores condições do que as que nós temos aqui, com os papéis no chão? Não temos um mínimo de condições. Não é desculpa que não se descentalizem as Assembleias porque não há condições. Pior do que estas não haverá de certeza.-----

----- Depois era muito importante, e era salutar, que houvesse muitos órgãos de comunicação social presentes. Infelizmente estão poucos porque as Assembleias acabam às 2 ou às 3 horas da manhã. O Regimento diz que a partir da meia-noite a Assembleia pode deliberar funcionar por mais 30 minutos. Por norma, quebrando as regras que estão escritas no Regimento e aprovadas pela Assembleia, prolongam-se mais duas ou três horas. Naturalmente que não queremos cá nem os órgãos de comunicação social, nem a população.-----

----- Era importante que os órgãos de comunicação social que cá estivessem gravassem, assim como os partidos. Se o PSD tivesse condições transmitia no site esta Assembleia para toda a população que a quisesse ver. Quando digo o PSD, digo todos os partidos. Não estou aqui a fazer nenhuma exclusão. Tenho pena que isso não possa acontecer, porque de certeza teríamos mais população nas Assembleias.-----

----- Esta postura parece-me claramente censura. Este é o terceiro mandato que faço nesta Assembleia e nunca se colocou a questão de alguém gravar, tirar fotos ou fazer o que quer que fosse na Assembleia. E coloca-se agora porquê? Porque nunca o Partido Socialista teve a maioria absoluta que atualmente tem e, portanto, faz o que quer. Inclusivamente coisas como “não se pode gravar apenas o que interessa”, “é a Mesa que decide o que é que é para transmitir de cada um dos partidos”.-----

----- Para mim é censura. É escolher a informação que pode passar. Acho que tanto a comunicação social como os partidos devem poder gravar as sessões desta Assembleia porque são públicas, é acessível a todos os que cá quiserem vir e é uma forma de nos aproximar da população.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

Eu tenho pena que o PSD não tenha condições financeiras, e de outra ordem, para trazer para aqui uma câmara para gravar e transmitir a Assembleia do princípio ao fim. De certeza absoluta, que se todos o fizéssemos, teríamos muitas dezenas ou centenas de pessoas nas sessões.-----

----- Isto vai ao encontro de outros atos da Mesa, como é o caso de cortar intervenções das atas. Isto não é uma decisão isolada, há várias situações que têm de ser vistas. Primeiro, a não descentralização das Assembleias que foi uma promessa da Mesa. Segundo, cortar ou proibir a gravação das Assembleias. Por fim, cortar as atas. Isto é o quê, o que é que se chama a isto. Naturalmente que eu a seguir à minha intervenção vou ter mais um comentário dos meus comentadores habituais. -----

----- A Deputada Municipal Luísa Portugal referiu: Espero que esteja tudo a ser gravado. A minha opinião já foi expressa, mas não quero deixar de o dizer de viva voz. Eu concordo com as propostas de gravação com o respeito de certas condições. A própria Assembleia faz esta gravação e é importante que a disponibilize a todas as pessoas que a queiram utilizar. Não vejo problema nenhum que os Senhores jornalistas gravem as sessões, que tirem fotografias e que ponham lá para fora o que aqui se passa. Até a RVS pode pensar fazer uma divulgação em cima da hora e ao momento das Assembleias. Julgo que era interessante para todos os coruchenses que estão lá fora saberem quem são as pessoas que elegeram. -----

----- Já não posso é concordar que eu própria, ou um de nós, no desempenho do papel político que fazemos nesta Assembleia, de demonstrar a nossa visão sobre a sociedade, sobre o que queremos para Coruche e de fazer avaliação daquilo que o executivo vai fazendo em prol das pessoas do nosso concelho, cada um à sua maneira e cada um com a sua visão, faça esse trabalho. Nós estamos aqui com outras funções. -----

----- Desempenho vários papéis na sociedade, mas aqui tenho o papel político de Deputado desta Assembleia Municipal. Não sou médica, não sou jornalista, não sou defensora dos direitos das mulheres. Isso é que não pode acontecer.-----

----- Afinal quem é que as pessoas elegerem? Elegeram uma pessoa para defender os direitos e interesses para esta sociedade, ou elegeram outros papéis que cada um pode desempenhar na sociedade? -----

----- Não concordo com todas as gravações, não concordo que cada um de nós se ponha a gravar, porque acho que não é o nosso papel. -----

----- O Primeiro Secretário referiu: Acho que temos que clarificar aqui algumas questões. Estamos a partir do princípio que numa reunião pública podemos fazer tudo e mais alguma coisa, inclusive a captação de imagens. -----

----- Nós temos um parecer jurídico que foi distribuído a todos os grupos municipais.-----

----- O Deputado Municipal Abel Santos salientou: Não está é assinado, não sabemos quem o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

fez. Diz que foi o substituto.-----

----- O Primeiro Secretário afirmou: O que consta é Chefe da DAG, em regime de substituição. É importante que as pessoas saibam do que estamos a falar. A figura que aqui está é o Chefe de Divisão de Administração Geral. Se tivéssemos um bocadinho de conhecimento da orgânica do Município também sabíamos isso. Os cargos dirigentes, por vezes, estão nomeados em regime de substituição e deve constar que o cargo é exercido nesses termos. Acho que todos sabemos quem é a Chefe da Divisão de Administração Geral do Município.-----

----- Eu tenho plena confiança nos pareceres jurídicos que são emitidos pelos serviços jurídicos do Município. Os serviços jurídicos estão à disposição da Câmara e da Assembleia Municipal e estão ao serviço de qualquer um de nós. -----

----- O parecer é claro. Numa reunião pública não é permitido fazermos tudo o que queremos. O facto de ser público permite aos cidadãos estarem presentes na Assembleia, assistirem à Assembleia, mas não podem fazer tudo aquilo que querem.-----

----- Há direitos, liberdades e garantias que estão previstos na nossa Constituição e que devem ser salvaguardados. Estão também regulamentados e protegidos pela Lei de Proteção de Dados. -

----- Uma questão fundamental é sabermos o que é que podemos fazer numa reunião pública. -

----- O parecer jurídico foi emitido e distribuído a todos os Grupos Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Não é verdade, não foi distribuído a todos os Grupos Municipais. -----

----- O Presidente da Assembleia aclarou: Em setembro, o parecer jurídico foi entregue em mão a todos os líderes de bancada. -----

----- O Primeiro Secretário referiu ainda o seguinte: O parecer jurídico conclui que para recolha de imagens e de som numa Assembleia Municipal é necessária autorização da própria Assembleia Municipal. -----

----- Em termos de Regimento não temos isso previsto. Se o Regimento não prevê tem de ser a Assembleia Municipal a autorizar. -----

----- Também acho estranha a posição de alguns partidos, uma vez que quando foi efetuada a revisão do Regimento o Deputado do MIC Gonçalo Ferreira colocou essa questão. Nesse momento, nenhum dos partidos esteve sensível a esta proposta e agora vejo-os aqui levantar estas bandeiras. Nós também vamos evoluindo com o passar do tempo. É bom sinal.-----

----- Da parte do Grupo Municipal do Partido Socialista não há aqui qualquer oposição a que sejam gravadas ou que sejam captadas imagens da Assembleia, agora devem é ser autorizadas pelo órgão. -----

----- Quem faz a recolha de imagens deve ser autorizado pela Assembleia para que estejamos em cumprimento da lei. Se essa autorização expressa tivesse sido logo aprovada aquando da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

aprovação do Regimento, estava já consagrado e estávamos com a questão resolvida. Não tendo sido, e se houver essa intenção da Assembleia, se houver deliberação nesse sentido, estamos legitimados para que a Assembleia, ou qualquer cidadão ou qualquer jornalista, possa fazer a captação do som ou da imagem que é aqui produzida. Tem de haver é autorização expressa por parte da Assembleia.-----

----- A recolha de som e imagem implica um conjunto de recursos técnicos por parte da Câmara para a divulgação através do site. Isso pode colocar algumas dificuldades práticas. Eu não sou técnico da área e não sei quais as dificuldades que se podem levantar.-----

----- Não posso também deixar passar, uma vez que esta questão é aqui colocada sistematicamente por um Senhor Deputado. Não é a primeira vez que é feita a insinuação que a Mesa da Assembleia corta intervenções de Deputados. Já numa reunião anterior pedi ao Senhor Deputado Francisco Gaspar para clarificar as situações em que isso aconteceu. A suspeita ficou no ar, o que é normal. Há Deputados que gostam de lançar suspeitas e quando se pede para clarificarem as suas intervenções não o fazem. Já estamos habituados a isso.-----

----- O único corte que esta Mesa fez em atas não foi de intervenções, foi de declarações de voto. Os Senhores Deputados tentaram classificar como declarações de voto novas intervenções e a Mesa da Assembleia Municipal expressou, na mesma reunião, que não sendo declarações de votos não iriam constar da ata. Isso foi bem claro e penso que em relação a essa questão estamos esclarecidos. Custa-me que, sistematicamente, se ande a lançar este pó no sentido de tentar incutir a quem está a assistir às Assembleias, ou através da comunicação social, que a Assembleia Municipal tem por hábito cortar das atas as intervenções dos Deputados. Isso não é verdade.-----

----- Também já aqui disse, por diversas vezes, que não havendo concordância com as decisões da Mesa, os Senhores Deputados têm um meio de reação à vossa disposição. Podem interpor recurso das decisões da Mesa para o plenário, para que este possa decidir. Se nos apelidamos sistematicamente de democratas, se estamos a repudiar atitudes de censura em que a Mesa é useira, era bom que exercêssemos estes direitos que temos e depois sujeitarmo-nos às deliberações que esta Assembleia democraticamente eleita vier a tomar.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Creio que este é um não problema. Para mim, a única regulamentação, o único consenso que se devia estabelecer é que as Assembleias são públicas, podem ser feitos os registos, mas não devem ser perturbados os trabalhos. A Mesa o que tem que ter em conta é que ninguém deve, para efeitos de registo fotográfico ou de áudio, perturbar os trabalhos.-----

----- Este Poder Local, estas Assembleias Municipais, existem há quantos anos? Há mais de 30 anos e nunca se colocou este problema. Nós temos uma Assembleia Municipal num concelho com 20.000 eleitores e onde todos nos conhecemos. Não me parece que devemos fazer regula-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

mentos muito complexos ou inventar problemas onde eles não existem. O bom senso deve imperar. -----

----- Nunca me passou pela cabeça gravar ou fazer recolha de imagens, mas se algum Deputado gravar, desde que não perturbe os trabalhos, não me choca nada. As Assembleias são públicas. Preocupa-me, isso sim, algumas das intervenções, nomeadamente a do Deputado Osvaldo Ferreira, que revelam uns tiques censório preocupantes.-----

----- Então na Assembleia da República, nas comissões ou no plenário, as sessões não são todas gravadas? Só não são aquelas que são muito específicas. As outras sessões são transmitidas na televisão. Há alguém a escolher esta ou aquela intervenção? Os órgãos de comunicação social fazem-no de acordo com os critérios jornalísticos.-----

----- Então cada partido, o PS, o PCP, o Bloco de Esquerda, o CDS e o PSD não fazem tempos de antena, não fazem montagens do que se passa na Assembleia da República, não usam isso na sua atividade política? Mas isso é o uso partidário que se dá. A mim não me incomoda nada que o Deputado Abel Santos, com quem eu até tenho profundas divergências, como é público e notório, grave e ponha no site.-----

----- Incomoda-me aquilo que aqui foi dito. Esta ideia de que é para se registar aquilo que convém e aquilo que não convém. O jornal “O Mirante” publica o que entende da Assembleia Municipal. Aliás, eu tenho já feito chegar, por vários meios, algumas questões ao “Mirante” pelo facto de não ter publicado alguns assuntos que, do meu ponto de vista, são importantes. A redação teve outro critério. Posso discordar, mas não tenho mais nada a fazer. Eu creio que o bom senso deve imperar.-----

----- Posso trazer na próxima Assembleia um parecer jurídico que diz o contrário do que o Deputado Nelson Galvão disse. Quem faz jurisprudência são os Tribunais.-----

----- Acho que o Presidente da Mesa deve chamar a atenção quando se esteja a perturbar os trabalhos. Aliás, isso já aconteceu quando a Dr.^a Luísa Portugal era Presidente da Assembleia e numa reunião nos Paços do Concelho. Houve um momento em que uma jornalista queria tirar fotografias e estava a perturbar os trabalhos. Nessa situação foi proibida. Isto é perfeitamente aceitável. Agora a minha preocupação é que a maioria do Partido Socialista faça aprovar esta regra que acho que é preocupante. Para mim, o que interessa é que prevaleça o bom senso e que ninguém perturbe os trabalhos.-----

----- O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Pedi a palavra em defesa da honra.-----

----- Admitindo que, eventualmente, não me tenha feito entender adequadamente, até gostaria que esta sessão já estivesse a ser projetada em direto, porque, se calhar, alguns tiques de prepotência e de arrogância que se manifestam aqui, quando alguns Deputados estão a intervir, não se verificariam.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Dá-me ideia que há aqui alguns Senhores que se consideram de uma casta superior, consideram-se iluminados e os outros são uns parolos. Eu até gostaria que estivéssemos em direto, porque provavelmente alguns Senhores atenuariam mais esses tiques de prepotência e de arrogância, até de superioridade e de ideias mais iluminadas. Sentem-se no direito de achar que aquilo que dizem não pode ser atacado. Depois ainda têm a displicência de considerarem que aquilo que os outros dizem são barbaridades. Cada qual tem a sua opinião. -----

----- Comecei por dizer, e se calhar vou pedir a gravação para verificar se o cansaço me fez dizer outra coisa, que acho, a bem da transparência, que estas reuniões deveriam ser transmitidas em direto ou em diferido. O que eu disse foi que deve partir da Mesa da Assembleia essa iniciativa. Não se está a controlar ninguém. Censura? Mas alguém falou em censura? Alguém falou em controlar as intervenções? Eu disse que ficava mais satisfeito, porque certamente alguns Senhores Deputados não iriam tecer comentários às intervenções daqueles que os sucedem ou que os antecedem. Certamente que isso vai acontecer quando as sessões forem transmitidas em direto. -----

----- Penso que a Dr.^a Luísa Portugal sintetizou aquilo que é a nossa posição. Ninguém mais do que nós quer que haja transparência nesta Assembleia. -----

----- Depois o Deputado Nelson Galvão concluiu fazendo o enquadramento legal. -----

----- Fico admirado que alguém que seja portador de uma carteira profissional de jornalismo, desconheça que nem em todos os lugares que são públicos se pode captar de forma arbitrária o som ou a imagem. -----

----- Sugiro que a Mesa, uma vez que está a ser gravada a sessão, disponibilize, na segunda-feira, a gravação a quem a solicite. Em cinco minutos consegue-se copiar. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Penso que esta proposta do MIC visou baralhar as coisas e quero deixar aqui bem definido duas situações. A Mesa nunca proibiu nenhum jornalista de fazer o seu trabalho. O que a Mesa proibiu foi uma coisa completamente diferente. Chamou a atenção e foi aqui que esta questão começou a complicar-se. A Mesa chamou a atenção aos Deputados do MIC que não podiam ser Deputados Municipais e jornalistas ao mesmo tempo. -----

----- Os Deputados do MIC começaram a gravar as intervenções das assembleias, as vossas e as outras e a colocá-las nos vossos sites. -----

----- A questão que aqui está é uma falsa questão, como muito bem o Deputado Armando Rodrigues disse. Nunca o Presidente da Mesa proibiu qualquer jornalista de fazer aqui o seu trabalho. O que o Presidente da Mesa proibiu foi que os Deputados, na qualidade de Deputados, fizessem de jornalistas, ou seja, gravassem e colocassem a informação nos sites ou no youtube. A questão prende-se com isso e prende-se com uma questão técnica. Então eu enquanto Deputado também sou jornalista? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- A questão que se levantou foi a da gravação do MIC. Em função disso, quando houve repetição dessa situação, pedi um parecer jurídico sobre esta matéria. O parecer jurídico foi mais além. Não são palavras do Presidente da Mesa. O parecer jurídico vai mais além e diz que mesmo os jornalistas deviam estar autorizados pela Mesa.-----

----- A Mesa não entende isso. A Mesa acha que os jornalistas que estão reconhecidos e que estão na Assembleia a fazer o seu trabalho têm plenos poderes para o fazer. O parecer também diz que os Deputados, na qualidade de Deputados, não podem estar a fazer gravações na Assembleia.-----

----- Aquilo que aqui está em cima da mesa é uma proposta inquinada.-----

----- A Deputada Municipal Luísa Portugal afirmou: Precisamos de saber se a Mesa aceitou essa proposta para votação ou não.-----

----- O Presidente da Mesa referiu: Esta proposta dá liberdade aos jornalistas que sempre tiveram liberdade, mas também vai dar liberdade aos Deputados. Não faz exclusão nenhuma. Os Deputados estão perfeitamente aptos para fazer a gravação. É isto que a Assembleia quer?-----

----- A assembleia está gravada, como todas as Assembleias. A Mesa nunca disse aqui que não dava a gravação aos Senhores Deputados.-----

----- Segundo o parecer jurídico esta disponibilização só pode ser feita depois da ata estar aprovada. Tem a ver com o funcionamento da própria Assembleia.-----

----- Pergunto aos Senhores Deputados se houve aqui alguma decisão importante que não tenha sido dada a conhecer ao público, ou seja, que não tenha sido transmitida pela imprensa ou que os próprios partidos não fizeram chegar através de comunicado?-----

----- A Mesa está sempre disponível para ceder a gravação. Nunca proibiu os jornalistas de fazerem a sua atividade. Aliás, sempre fizeram o seu trabalho e tiraram as fotografias que entenderam. Entendemos que sendo um jornalista ou dois, não temos muitos, não se justifica estar a dar qualquer autorização.-----

----- Vou colocar esta proposta à votação.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Entendo que não deve ser aceite a proposta. Do meu ponto de vista, a regra devia ser a que o Senhor Presidente da Assembleia agora repetiu. As Assembleias são públicas, pode haver o registo áudio ou fotográfico, desde que não perturbe os trabalhos. Proponho uma deliberação nestes termos.-----

----- O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: Eu retiro a minha proposta e colocamos esta à votação.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Acho que a ética e o bom senso devem imperar em cada um de nós. Como é óbvio, eu não me vou por a gravar as sessões. Agora a ética e o comportamento de cada um fica com cada um. Acho que é muito complicado que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

aprove qualquer coisa como “os Deputados estão proibidos”. Isto é baseado em quê? Não estou a dizer que estão ou não. Tem que imperar o bom senso e é à Mesa que compete decidir. Se a Mesa verificar que as coisas não estão a decorrer nestes termos, impede ou proíbe. Agora, tem que haver aqui um critério. -----

----- O Presidente da Assembleia questionou: O Deputado Armando Rodrigues entende que qualquer Deputado pode gravar? -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Não estou a dizer isso. Estou a questionar como é que se pode proibir de gravar? Estou na Assembleia e se ligar o meu telefone posso gravar. Mas a minha questão é outra. Já imaginou se a Mesa da Assembleia da República proibisse um Deputado, por exemplo, de tirar uma fotografia. Um Deputado desta Assembleia é soberano, tem um estatuto. Não me incomoda que o Deputado Abel Santos grave com o seu telemóvel o que se passa aqui na Assembleia. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: Posso fazer uma proposta construtiva? Eu retiro de votação o documento se o Senhor Presidente de forma clara e inequívoca disser que quaisquer jornalistas, a fazerem o seu trabalho de jornalista, possam livremente, sem incomodar os trabalhos, gravar o que quer que seja. É que o Senhor Presidente disse aqui que só permitia os jornalistas de gravar com a sua autorização. Se o Senhor disser que a Assembleia não se sente confortável em que os Deputados gravem as próprias intervenções, porque isso pode perturbar os trabalhos, mas se me der a gravação no dia seguinte ou se deixar que qualquer jornalista possa livremente gravar excertos, partes ou toda a Assembleia está tudo correto. -----

----- O Senhor Presidente tem que dizer isso aqui de forma clara e inequívoca. Se assim for, não ponho o documento à votação. Se eu quiser pôr um excerto da minha intervenção no site, vou pedir a um jornalista do “Mirante”, ou a qualquer outro jornalista, e ele cede-me a gravação.

----- Também posso retirar o documento se for colocada à votação a proposta do Deputado Armando Rodrigues, que acho ainda mais correta. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues sugeriu a seguinte proposta: -----

----- As sessões da Assembleia são públicas, pelo que o registo de áudio e fotográfico poderá ser feito. A Mesa terá a incumbência de assegurar que essa recolha não perturbe os trabalhos. ----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Mas não pode ser por um Deputado. O que é isso? Não pode ser. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Apelava a uma posição consensual. ----

----- No parecer jurídico lemos cinquenta por cento que é proibir os Deputados Municipais, mas não lemos os outros cinquenta que é proibir a comunicação social. Portanto, não faz sentido invocar o parecer jurídico. -----

----- Era lógico consensualizarmos e acho correta a proposta da CDU. Desde que não interfira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

com o nosso trabalho, não vejo qual é o problema de se proceder à gravação ou ao registo fotográfico. Recordo-me perfeitamente de estar à minha frente uma jornalista a tirar fotos e que interferiu diretamente com os trabalhos. Os jornalistas são sempre os mesmos e são conhecidos. Se se consensualizar uma solução deste género, mesmo que os jornalistas não sejam conhecidos, podem gravar.-----

----- O Presidente da Assembleia sublinhou: A proposta é então a seguinte: -----

----- “É permitida a gravação em registo de áudio ou de imagem das sessões da Assembleia Municipal, desde que isso não perturbe o normal funcionamento dos trabalhos.” -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Acho que não podemos deixar que estas ideias sejam aprovadas de qualquer maneira. Concordo que haja algum cuidado por parte daqueles que pretendem fazer o registo em vídeo ou de outra forma, mas sem perturbar esta Assembleia. Se for liberalizado em excesso pode haver problemas. -----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: O parecer jurídico diz que estas situações devem ser legitimadas pela própria Assembleia. Penso que podemos chegar a um entendimento. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: O parecer jurídico não passa de um parecer. A Assembleia é soberana. Acho que deixávamos cair o parecer, consensualizamos esta posição e todos seremos responsáveis. A Mesa deverá, depois, zelar para que seja cumprido esse bom senso. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Porque não os Deputados exercerem as funções de Deputados e os jornalistas as funções de jornalistas?-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: A questão dos jornalistas está clara. A grande questão que se põe aqui é a da filmagem ser feita pelos próprios Deputados.-----

----- A proposta da Mesa é a seguinte:-----

----- “É permitida a gravação em registo de áudio e de imagem das sessões da Assembleia Municipal, desde que isso não perturbe o normal funcionamento dos trabalhos.” -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: Se o Senhor Presidente colocar à votação o que acabou de dizer, retiro a minha proposta. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Vou colocar a proposta, com a redação que apresentei, à votação. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezasseis do PS, oito da CDU, dois do MIC e um do PSD) e dois votos contra do PS (Deputados municipais Ernesto Cordeiro e Joaquim Banha) aprovar a proposta. -----

----- **PONTO SEIS - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-** Foi presente o Relatório da Atividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de 7 de dezembro de 2011 a 15 de fevereiro de 2012, o qual fica a fazer parte integrante da pre-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

sente ata.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara destacou as seguintes ações:-----

----- Do ponto de vista daquilo que é a situação financeira do Município, caracterizando a situação dos empréstimos a longo e médio prazo, neste momento totalizam cerca de 5.100.000 € e tem a ver com o comportamento normal da Câmara Municipal. Como disse em situações anteriores, não tem grande impacto naquilo que é a situação financeira da Câmara Municipal. Deste ponto de vista, está perfeitamente controlado e é perfeitamente suportável. -----

----- A dívida total a fornecedores atinge 863.447,57 €. Como sabemos, é uma situação flutuante que pode subir ou descer de mês para mês, mas a situação está perfeitamente controlada. Continuamos a pagar a um prazo muito curto, cerca de 30 dias.-----

----- O endividamento líquido é de 1.397.674,00 €, o que corresponde a cerca de 32,58% daquilo que é o limite legal. -----

----- Em relação aos recursos humanos e à formação, temos vindo a dar importância a esta área. O ano passado e este ano continuamos com esta preocupação em todos os setores da Câmara Municipal.-----

----- Estão a decorrer alguns procedimentos concursais: 3 para técnico superior, 1 para assistente técnico e 5 para assistentes operacionais. Da última Assembleia para cá ocorreu uma aposentação e há dezassete trabalhadores a aguardar aposentação. -----

----- Quanto às ações de formação, são das mais diversas áreas, desde o ambiente, comportamento e comunicação, educação e ação social, segurança, higiene e saúde no trabalho. Estas ações de formação abrangeram 250 trabalhadores - dos Bombeiros, da Divisão de Administração Geral, da Divisão de Ação Sócio Cultural e Desportiva e do Departamento Administrativo e Financeiro, de todas as áreas da Câmara. -----

----- Relativamente ao plano para 2012/2013, temos também previstas algumas ações de formação, em diversas áreas, por exemplo “SIADAP”; “Enquadramento Legal da Gestão de Recursos Humanos”; “Enquadramento Legal das Finanças locais”; “POCAL”; “Contratação Pública”, “TIC” e “Educação”.-----

----- Estamos também a trabalhar no projeto de modernização administrativa, com o projeto de “Balcão Único”. Já tarda, mas vamos entrar em obra, por forma a que fique disponível para os munícipes que queiram ir à Câmara e, num único local, terem acesso à informação e tratem de todos os assuntos. -----

----- Estamos também a trabalhar no projeto do “Balcão do Empreendedor” que se destina a apoiar aqueles que pretendem iniciar uma atividade económica. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- Há pouco, falámos na ação social e aprovámos o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos” .-----

----- Estamos também a trabalhar para a criação do banco local do voluntariado. -----

----- Quero agradecer ao Deputado Municipal Abel Santos o elogio que fez ao Presidente da Câmara, mas este Regulamento não se desvia de nenhuma prática do Município, porque antes a Câmara já prestava diversos apoios à população. O Regulamento veio só organizar as coisas. Exemplos desses apoios eram o “ Programa Casas com Gentes”, o “ Programa de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional”, e o financiamento de passes escolares. -----

----- Nas mais diversas circunstâncias praticamos esse tipo de política social. O Regulamento vem dar conteúdo legal a um conjunto de situações que, infelizmente, e tem muito a ver com a política deste Governo, se têm vindo a agravar. Portanto, era necessário que se respondesse às necessidades da população. -----

----- Muito obrigado pelo elogio, mas não é inteiramente justa a forma como tratou a questão.

----- Quanto à rede de transportes escolares, criámos um programa que designámos por TIC e TEC. As crianças transportadas no TIC e no TEC tinham apoio através de um passe designado “passe 4/18” em que 50% era financiado pelo Ministério da Educação e 50% era financiado pelas famílias. Como sabemos, o Ministério alterou a situação e agora as famílias pagam 75% dos passes escolares, o que é bastante mais pesado. É uma retirada do apoio social do Governo às famílias. A Câmara, pelo contrário, que tem vindo a aumentar esse apoio. A crise toca a todos, mas em alguns casos o Governo tem retirado direitos e tem agravado a situação das pessoas. Muitas vezes, as Câmaras têm que se substituir ao Governo e a outros organismos que têm responsabilidades sociais, assumindo responsabilidades que não lhes pertencem. -----

----- Refiram-se os seguintes planos: “Plano para o Uso Eficiente da Água”, o “Pacto dos Autarcas para o Clima, o “Plano Estratégico para a Eficiência Energética do Município de Coruche”. -----

----- Obras mais relevantes que estamos a concluir e projetos novos para 2012:-----

----- Há cerca de 15 dias, visitámos algumas obras de iniciativa municipal e outras de iniciativa da “Águas do Ribatejo” que estão a decorrer no concelho. Alguns dos Deputados Municipais estiveram presentes, já houve referências elogiosas a esta prática. -----

----- Gostaria de dar conhecimento de algumas situações, até porque alguns dos Deputados têm vida profissional fora de Coruche e é importante ter conhecimento desta realidade. Foi frutuosa esta jornada. Andámos desde as 9.30 horas até às 13.30 horas e penso que foi extremamente proveitoso a esta visita.-----

----- O Quartel dos Bombeiros é uma obra que está a cumprir os prazos contratuais, a qual será concluída no mês de março. Desejaria que ela fosse inaugurada no dia 25 de Abril. Esta é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

data que tem a ver com a nossa afirmação, com a liberdade e deve ser comemorada. Se possível, com o colocar em funcionamento obras que têm a ver com o nosso progresso.-----

----- O Núcleo Escolar da Fajarda é também uma obra que está a decorrer a bom ritmo, pensamos que estará pronta no início do próximo ano letivo. Esta obra tem duas salas para o Jardim de Infância e três salas para o de 1.º ciclo. É uma obra que implica a remodelação do edifício existente. -----

----- O Núcleo Escolar da Lamarosa é um processo que está mais atrasado, uma vez que foi necessário proceder à expropriação do terreno. Há um conflito de interesses entre dois grupos de pretensos herdeiros desta mesma herança. Estivemos a negociar com um grupo de herdeiros que estavam identificados como tal. Depois apareceu outro grupo que contestou. Entretanto, o Tribunal já fixou o valor da expropriação e depositámos o dinheiro no Tribunal por forma a tomarmos posse administrativa do terreno. Ainda continua a disputa entre os dois grupos de herdeiros, mas essa questão já não é com a Câmara Municipal. Isto fez atrasar a obra. -----

----- O Açude Ponte sobre o Rio Sorraia, uma obra que já foi aqui apelidada de “a mais consensual”, não sei porquê? Penso que o Quartel dos Bombeiros não deixa de ser tão consensual como esta obra, ou o Centro Escolar da Fajarda ou o da Lamarosa. Fica bem este tipo de rótulos. O Açude Ponte permite fazer uma gestão do caudal de água. É uma obra que permite, também, dinamizar o turismo em Coruche. Amanhã teremos uma prova com cerca de 150 atletas. O rio Sorraia, que era fundamentalmente utilizado para a pesca, pode agora ser utilizado para outras atividades, tais como a canoagem ou a vela. A ideia é conciliarmos diversas atividades. Já foi possível que a Associação de Canoagem do Centro viesse a Coruche fazer uma prova oficial. ----

----- O Açude Ponte está testado. As comportas são insufláveis. Tem um automatismo que descarrega automaticamente quando há um aumento de caudal e depois volta a repor os níveis. É uma obra que tem todo o interesse para a regularização do caudal do rio e permite práticas desportivas que irão atrair a Coruche atletas, famílias e também veraneantes. -----

----- Na cerimónia de inauguração houve muitas pessoas a assistir, muitos autarcas, muita gente interessada. -----

----- A Requalificação e Ampliação do Mercado Municipal é uma obra que passou por algumas dificuldades porque não havia projeto. A obra é de 1940 e foi construída sem betão e sem ferro. Foi necessário ir resolvendo algumas situações e adaptar o projeto a essas novas situações que foram aparecendo. Neste momento, a obra está a muito bom ritmo. -----

----- A Repavimentação da EM 580 - Troço Frazão/Pé d'Erra - a primeira fase está concluída. Candidatámos uma segunda fase para uma regularização completa desta estrada. Já foram construídas as bermas, as valetas em betão e parte do piso. -----

----- A Requalificação em Espaço Rural E.M 515 - Troço Junta de Freguesia/Rua de Santo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

António, no Biscainho - é uma obra que ronda os 166.000 € e implica a colocação de passeios e pluviais. Entretanto, a “Águas do Ribatejo” colocou os esgotos domésticos. A obra está numa fase adiantada. -----

----- A Requalificação do Espaço Rural do Largo da Liberdade, na Branca, cuja inauguração se realizou no dia da visita. Tem a ver com a requalificação do Largo da Liberdade, o qual serve a Igreja, a Junta de Freguesia, o Centro Social e a Escola Primária, ou seja, é o centro da freguesia. Esta obra deu a este centro características mais urbanas e está em pleno funcionamento. Tem iluminação, parque de estacionamento, algum equipamento urbano (bancos, árvores e um bebedouro). -----

----- Alguns projetos e obras a executar que candidatámos à Bolsa de Mérito: -----

----- Arranjo Urbanístico da Rua do Centro Social, na Azervadinha; -----

----- Arranjo Urbanístico Zonas Verdes das Piscinas e Zona Envolvente ao Estádio; -----

----- Repavimentação da Ligação E.N 251/Lagoíços; -----

----- Requalificação do Troço E.N 114-3 ao Núcleo Escolar da Fajarda; -----

----- Repavimentação da Rua António Teles, Rua da Escola e outras ruas de Vale Mansos; -----

----- A Requalificação do Bar/Esplanada do Parque do Sorraia. Penso que a frequência do parque justifica uma intervenção que qualifique neste espaço. Estamos a pensar num espaço de cafetaria/bar com mais qualidade, que seja mais atrativo e que seja funcional durante todo o ano. Este espaço é muito procurado pelas pessoas de Coruche e de fora. -----

----- A Repavimentação da E.M 580 - Troço Valverde/Santo Antonino. Tem a ver com o troço desde o depósito de água de Valverde até Santo Antonino, incluindo o Bairro da Areia e Fors do Paúl, em cerca de 3 km. Pretende-se dar características urbanas a este troço. O piso encontra-se muito degradado, não há bermas em muitos locais, não há passeios, as valetas não estão nas melhores condições, não há esgotos pluviais, sendo preciso uma intervenção de fundo. O preço é bastante elevado, mas pretende-se requalificar uma zona urbana consolidada e com muita gente. -----

----- A Requalificação da Avenida do Sorraia, a chamada Antiga Manga dos Touros, que inclui a avenida e o largo entre as vivendas. É uma intervenção para concluir finalmente toda a intervenção na margem direita. Começámos onde é hoje a atual Rodoviária e trouxemos toda a requalificação até ao Largo de Santo António. Trata-se de acrescentar características urbanas a este espaço. Pretende-se acabar com o pó e a lama e acabar com esta situação que é descaracterizante para o local e para a vila de Coruche. Pretende-se dar qualidade urbana a este espaço, privilegiar o peão e as bicicletas, privilegiar o estacionamento e dignificar esta zona e a zona de parque que está hoje entre os edifícios. Vai ser uma zona verde, uma zona de circulação pedonal e de bicicletas e irá ser criada uma via de só um sentido a ligar ao cruzamento da Rua de Salvaterra de Magos com a Avenida do Castelo. Vai ser feita uma rotunda para reorganizar o trânsito e faci-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

litar o acesso. -----

----- Recuperação do edificado do Quartel de Bombeiros ao nível de estrutura e cobertura para instalar, provisoriamente, um núcleo que tenha a ver com o “Património Agrícola e o Centro de Artes e Saberes Tradicionais”. -----

----- Temos tido uma oferta muito grande sobretudo de património agrícola, nomeadamente antigas ceifeiras fixas, charruas, grades, equipamentos diversos da atividade agrícola até aos anos 60 sensivelmente. Eram equipamentos usados antes da forte mecanização do Vale do Sorraia. Algumas pessoas dão-nos quase uma data limite para recolhermos as alfaias ou os objetos, senão aquilo é para deitar fora ou para vender.-----

----- Temos alguma obrigação de dar resposta a esta situação. A ideia seria adaptar os armazéns dos Bombeiros, criar as condições mínimas de segurança e de estabilidade para albergar neste espaço estas reservas de equipamentos agrícolas e materiais ligados à agricultura. Não é propriamente um museu, nem um núcleo museológico, serão reservas visitáveis, onde as escolas podem ir, onde a população pode ir, onde poderemos fazer a apresentação de ofícios e saberes tradicionais, instalando provisoriamente artesãos que podem fazer algumas atividades artesanais e criar ali um núcleo que, pela sua localização e condições, pode servir para guardar e preservar os equipamentos ligados à agricultura e aos saberes tradicionais. É uma intervenção no atual Quartel dos Bombeiros e assim que os Bombeiros saírem podemos começar essa intervenção.----

----- Também temos a questão da eficiência energética com um conjunto de projetos que estamos a fazer: Coletores Solares nos Refeitórios Municipais; Instalação de Minigeração; Instalação de Microgeração na Creche da Azervadinha e no Jardim de Infância de Santo Antonino; Sistema de Gestão da Iluminação Pública.-----

----- Investimentos da “Águas do Ribatejo” - É importante dar conta de algumas obras que são fundamentais para o crescimento do concelho em termos de qualidade de vida:-----

----- ETAR da Fajarda (está concluída, falta a ligação da EDP). Está-se a avançar com uma segunda fase de esgotos. -----

----- Alguns investimentos que estão previstos para 2012 são significativos - Redes de Saneamento - Fajarda, no valor de 1.800.000 € (segunda fase); Branca, no valor de 1.400.000 €; São José da Lamarosa, no valor de 600.000 €; Santana do Mato, no valor de 485.000 €.-----

----- Construção da ETAR da Volta do Vale para substituir a fossa que lá existe (custará 275.000 €). -----

----- Devo dizer que em relação a esta obra houve alguns “velhos do restelo” que diziam que na Volta do Vale não se iria fazer nada e no Biscainho também não. A Volta do Vale e o Biscainho vão ter uma ETAR idêntica à da Erra. Sempre esteve previsto no nosso plano e será concretizado em 2012. No Biscainho, além da ETAR, será também executada a rede de saneamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

que servirá o Biscainho e os Foros da Charneca. Ouvi dizer nesta Assembleia a alguns Vogais que isto não iria ser feito porque não haveria dimensão para isso e estas obras ficariam esquecidas. Isto totaliza um investimento em saneamento de 5.140.000 €. -----

----- Em relação ao abastecimento de água, em 2012, o investimento vai ser de 2 900.000 € e em 2013 de 1.800.000 €. Se juntarmos o investimento em saneamento, de 5.140.000 € em 2012, com aquilo que vai ser feito no abastecimento de água em 2012 e 2013, estamos a falar de quase 10.000.000 € a juntar ao que já se investiu, nomeadamente, na rede de Coruche e nas ETAR's de Coruche, de Santana do Mato, do Couço, da Erra e da Lamarosa. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal António Soares referiu: Quanto à visita que a Assembleia Municipal fez às obras municipais, infelizmente, por razões profissionais, não pude estar presente. A meu ver é muito importante que os membros da Assembleia Municipal vejam as obras. -----

----- Em 1980 foi quando a Câmara começou a mexer no rio. Passei uma noite com mais alguém a “guardar” a água para o rio não esvaziar. Depois passou-se para aquela solução provisória de açude, o qual permitiu a prática de pesca desportiva e de outras atividades. Esta obra terminou e eu penso que é importante. No slide vi um barco a motor, não sei se está prevista essa prática. Penso que se deve manter a não utilização destes equipamentos. -----

----- Penso que era importante manter a ligação que existe à Ponte da Coroa. Devia ser enquadrado nos percursos pedonais, para se manter viva como uma passagem sob a outra ponte. Há ali um triângulo que dava uma boa zona ajardinada e de passeio. Penso que se podia fazer esta ligação. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Está vedado. -----

----- O Deputado Municipal António Soares afirmou: Havia a dúvida se o caminho era público ou não. Se calhar não seria muito difícil negociar aqueles terrenos, de modo a poder permitir a ligação e a passagem na zona mais agrícola. Estou a falar de um percurso pedonal que não é muito distante da vila e seria interessante se as pessoas pudessem fazer este circuito. Deixo esta sugestão para um possível estudo. -----

----- Gostaria de fazer duas constatações, uma mais positiva e uma mais negativa. -----

----- Verifiquei que a sinalética nas pontes já foi colocada, tal como eu sugeri há algumas Assembleias atrás, pois é importante para a segurança rodoviária. -----

----- Há dias passei pela estrada dos Perais e verifiquei que está quase intransitável. O inverno foi seco, senão a estrada estaria intransitável. Ainda há algumas pessoas que utilizam esta estrada, daí que era importante não se perder, uma vez que tem um simbolismo histórico. Lembro-me do Senhor Armando Pinto, a suas expensas, patrocinar um almoço, debaixo de uma azinheira, quando foi o alcatroamento daquela estrada, porque era uma coisa que ele defendia ainda antes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

do 25 de Abril. Se a justificação para a não reparação desta estrada é porque não há lá pessoas a viver, então se não for reparada é que certamente as pessoas lá não vão passar por lá. Acho que se devia reparar esta estrada, até porque é necessária para fins agrícolas. -----

----- Fala-se tanto da economia deste país e eu sou daqueles que defendo a riqueza da terra. Podemos deslocalizar empresas para muitos pontos do país ou do mundo, mas a verdade é que a terra não se pode mudar. Neste momento, a agricultura está um pouco deserta, mas não quer dizer que amanhã estes terrenos não sejam cultivados. Provavelmente vai haver a deslocalização de pessoas para estes locais. Deixo, então, a sugestão à Câmara para a reparação daquela estrada.

----- O Presidente da Câmara referiu: A questão do barco a motor não está excluída. Os barcos a motor e as motas de águas usam óleos não poluentes, biodegradáveis e, portanto, a preocupação relativamente à poluição está ultrapassada. No dia da inauguração houve um barco a motor a fazer segurança a quem estava a fazer canoagem. Houve também uma demonstração de ski aquático e houve uma mota de água a puxar o praticante. Ainda não tomámos uma decisão sobre essa matéria. Fundamentalmente a aposta é em desportos não motorizados. Não quer dizer que não possa acontecer, mas para já não entendemos isso como relevante. O que se pretende desenvolver é a pesca, a canoagem e a vela, ou seja, atividades não motorizadas. -----

----- Relativamente à estrada dos Perais, a monitorização que íamos fazendo daquela estrada era pelas pessoas que todos os anos cá vinham fazer a reivindicação, mas este ano não apareceram. Não sei se lá vive alguém atualmente. Sinceramente, não passo lá há cerca de um ano. Se calhar, nesta sala não há muita gente que saiba onde fica esta estrada. Esta estrada degrada-se naturalmente com o tempo, não é do trânsito, mas é uma questão que tem que se analisar. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Visitei as obras dos Centros Escolares que se estão a desenvolver neste concelho e gostaria que este projeto não seja interrompido por este Governo. É um projeto que vem do Governo anterior e que daria ânimo a outras freguesias onde ainda não chegou. É um trabalho interessante, que a Câmara soube agarrar, e que tem que levar por diante para outras freguesias. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- O munícipe Carlos José Lopes Gafaniz referiu o seguinte: A minha presença, mais uma vez, nesta Assembleia é no sentido de relatar os acontecimentos que tiveram o seu término no dia 6 de fevereiro de 2012. -----

----- De acordo com a minha primeira deslocação a esta Assembleia, na sessão de abril, na qual coloquei uma situação que tinha ocorrido na Estrada da Erra devido a umas ovelhas e com o Comandante do Posto da GNR de Coruche. Daí resultou alguma perseguição por parte do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

agente da autoridade. Fui vítima de um processo cível e de um processo crime por ter vindo divulgar a situação junto das instituições que eu achei por bem.-----

----- Foi um julgamento que teve 5 sessões e a sentença comprovou que tudo aquilo que eu transcrevi na exposição que fiz aos vários órgãos oficiais se provou na íntegra. Isto quer dizer que o auto de contraordenação levantado à minha pessoa que não tinha razão de existir. O Senhor Comandante do Posto da GNR proferiu as célebres palavras que me caíram muito mal (a mim e à minha família). Fui absolvido num processo em que era pedida uma indemnização de 30.000 € e fui absolvido de um processo crime por denuncia caluniosa ao Senhor Comandante do Posto da GNR de Coruche. -----

----- Assim, também me assiste o direito de vir a esta Assembleia agradecer publicamente ao Senhor Presidente da Assembleia, ao Senhor Nelson Galvão e à Senhora Ana Palma, que foram testemunhas neste processo. Tenho que enaltecer a posição do Senhor Presidente da Assembleia, ouvi atentamente as declarações que prestou no meu julgamento, e merece o meu respeito e dignidade e o meu muito obrigado, da minha parte, da parte da minha esposa e da minha família.----

----- Também não quero deixar de agradecer ao Dr. Abel Santos pelos elementos que me forneceu para juntar aos autos do processo. -----

----- Quero ainda agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Couço, que também fez o seu depoimento em prol de mim. -----

----- É neste sentido que aqui venho e não quero de maneira alguma interferir nos poderes da Assembleia Municipal. O Tribunal julgou e julgou bem. Concluiu que, no meio de 330 ovelhas, era impossível colocar um sinal. -----

----- A viatura estava na berma da estrada e se não tinha um sinal, era porque alguém tinha dito para a colocar ali. Foi provado isso em julgamento, assim como também foi provado que a coima não tinha razão de existir.-----

----- Perante isto, venho agradecer à Assembleia e alertar este órgão político para que, em situações destas, haja mais atenção. Eu não tive medo e andei para a frente e de facto ganhei, porque não me acobardei com esta situação, porque achei que os meus direitos estavam a ser violados com prepotência e arrogância. Se todos os coruchenses, quando têm situações destas agissem da forma como eu agi, as coisas não teriam levado algum rumo, como ainda continuam por aí a levar, havendo algumas situações menos boas com o tal sujeito.-----

----- Mais uma vez, muito obrigado Senhor Presidente e a esta Assembleia, mas tenham mais atenção. Não misturando “alhos com bugalhos”. Esta Assembleia deve ter uma palavra, não sobre o meu caso, mas a nível geral sobre a segurança dos munícipes e entre as forças de segurança e os munícipes. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Sou membro do Conselho Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012**

de Segurança onde tem também assento o representante da GNR. Acho que não podemos ficar indiferentes a esta história que agora teve o seu término. Esta história começou em 2009, todos nos recordamos, o cidadão veio aqui dizer o que lhe tinha acontecido. Acho que esta preocupação devia ser transmitida, porque Coruche precisa de ter um Comandante calmo, sereno, sensato, que respeite os cidadãos, sejam eles quais forem, e que aplique a lei como ela está estabelecida. Os cidadãos também têm direitos. As forças de segurança, pelo facto de usarem uma farda, não têm todos os direitos sobre os cidadãos. -----

----- Quero chamar a atenção para o seguinte: O que se passou com o cidadão Carlos Gafaniz ele relatou: Cinco sessões, arguido durante um ano e tal, processo em Tribunal. E as custas que ele teve? Para ele e para a família. E teve este desfecho porque ele contratou um advogado. Outros cidadãos, quantas vezes são tratados de forma desrespeitosa, mas não têm a coragem, porque é preciso ter coragem de facto, para fazer chegar a sua indignação e denunciar certas situações junto do Comando da GNR e depois levar com um processo em cima. -----

----- Eu associava aqui outra coisa. Este mesmo Senhor Comandante do Posto da GNR teve um comportamento em Santa Justa que é censurável. As pessoas legitimamente manifestam a sua indignação. Um responsável pela GNR deve tentar pôr água no incêndio e não gasolina. Em Santa Justa, a forma como as coisas decorreram e a forma como as pessoas foram identificadas é reveladora de um certo estilo que nós não deveríamos de aceitar. Cabe-nos a nós, também, fazer esta chamada de atenção. Eu tenciono, de forma adequada, na próxima reunião, trazer à discussão este problema. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Eu só quero dizer que os extremos voltam a tocar-se. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, às duas horas e dez minutos, do dia vinte e cinco do corrente, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Nelson Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário, subscrevo: -----

O Primeiro Secretário

O Presidente da Assembleia Municipal
